

9. ADENDA AO ACORDO DE PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS "SABER CRESCER" E "EQUIPA TÉCNICA DE ARTICULAÇÃO EDUCATIVA, INSERIDOS NO PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR – MUNICÍPIO DE BRAGA E CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – DELEGAÇÃO DE BRAGA:

Submete-se a adenda ao acordo de parceria mencionado em epígrafe, que vai em anexo.

**ADENDA AO ACORDO DE PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS “SABER
CRESCER” E “EQUIPA TÉCNICA DE ARTICULAÇÃO EDUCATIVA”, INSERIDOS NO PLANO
INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR (PIICIE)**

Considerando que se torna necessário aditar informação ao acordo de parceria celebrado entre o Município de Braga e a Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, no âmbito da implementação dos projetos aprovados ao abrigo no Aviso NORTE-66-2016-29;

é celebrada a presente adenda ao acordo em anexo entre:

O **Município de Braga**, com sede na Praça Municipal, 4700-435, pessoa coletiva n.º **506901173**, adiante designada como **1º Outorgante**, legalmente representada por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal;

e

A **Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga**, com sede na Avenida 31 de Janeiro 317, 4715-017 Braga, pessoa coletiva n.º **500745749**, adiante designada como **2º Outorgante**, legalmente representada por
na qualidade de seu Presidente.

O presente documento, doravante designado de adenda, procede à alteração do acordo supramencionado nos seguintes termos:

CLAÚSULA TERCEIRA
(Obrigações do Município de Braga)
(NOVA REDAÇÃO)

A entidade coordenadora do projeto, o Município de Braga, assume as seguintes responsabilidades:

- Assegurar a articulação com a Autoridade de Gestão, com a entidade co-promotora e com as várias entidades parceiras;
- Coordenar, monitorizar e avaliar o processo de execução dos projetos municipais;
- Assegurar a transferência dos montantes atribuídos pela Autoridade de Gestão no âmbito da parceria e proceder às reposições por inteiro a que haja lugar, sem prejuízo da responsabilidade solidária a que todas as entidades parceiras estão obrigadas;
- Organizar o processo técnico e contabilístico da operação;
- Assegurar a permanente atualização dos dados no Sistema de Informação (SI) de forma a permitir ao NORTE 2020 conhecer, de forma permanente e acessível, todos os elementos pertinentes rececionados, apreciados e aprovados referentes à execução física e financeira das ações apoiadas;
- Assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- Assegurar a divulgação e o cumprimento, das recomendações que lhe sejam comunicadas em resultado de eventuais inspeções ou auditorias efetuadas no âmbito do sistema de auditoria e controlo da PT 2020;
- Proceder, mediante disponibilidade financeira, à comparticipação até ao valor de €129.352,03, tendo por base os valores estimados para a execução dos projetos inseridos no PIICIE, mediante os seguintes pressupostos operacionais:

- Uma primeira transferência a efetuar ainda em 2020, no valor correspondente à contrapartida já executada e verificada pelos serviços da Divisão de Funding, Fundos Comunitários e Relações Internacionais do Município de Braga, mediante os pedidos de reembolso efetivados, até ao montante de € 120.000;
- Restantes transferências, a efetuar em 2021, aquando dos pedidos de reembolso a efetivar, mediante verificação e validação pelos Serviços da Divisão de Funding, Fundos Comunitários e Relações Internacionais do Município de Braga, até ao montante de €9.352,03.

Primeiro outorgante

*Presidente da Câmara Municipal de Braga
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

Segundo outorgante

Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga







Braga, ____ de abril de 2020.

ACORDO ENTRE PARCEIROS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR DO CÁVADO

Considerando que:

- A Comunidade Intermunicipal do Cávado, abreviadamente designada por CIM do Cávado, é a Instituição intermunicipal que congrega os 6 municípios da região NUT III Cávado;
- A CIM do Cávado tem como atribuições, entre outras, a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; a articulação dos investimentos de interesse intermunicipal; a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional; e, o planeamento das actuações de entidades públicas, de carácter intermunicipal.
- A CIM do Cávado em estreita colaboração com os 6 municípios da NUT Cávado desenvolveu um processo de aprofundamento operacional da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Cávado 2014-2020 no domínio educativo, tendo em vista a elaboração de um Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) intermunicipal, doravante designado por Plano, no âmbito da Prioridade de Investimento 10.1: "Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem formais e informais, para a reintegração no ensino e formação".
- A elaboração do Plano está prevista no Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial do Cávado 2020 e teve como finalidade definir uma estratégia política educativa sub-regional, onde se identifica as necessidades educativas sub-regionais e se define uma intervenção integrada nos fatores determinantes para a promoção o sucesso escolar.
- Este Plano integra um conjunto de projetos de combate ao insucesso escolar com incidência municipal construídos com o envolvimento das comunidades educativas (municípios e agrupamentos de escola) da NUT III Cávado e projetos com incidência intermunicipal coordenados pela CIM Cávado ao nível da animação territorial da rede educativa.
- ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 7º da Portaria nº 60-A/2015, de 2 de Março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto, e n.º 122/2016, de 2 de março, entre os elementos a integrar nas candidaturas desenvolvidas em parceria deve constar um instrumento da sua formalização, adiante designada de acordo entre parceiros;

Rua do Carmo, nº 29 | 4700-309 Braga | T 00351 253 201 360 | F 00351 253 201 369 | www.cimcavado.pt | geral@cimcavado.pt

- 





- os parceiros abaixo assinados comprometem-se a desenvolver em conjunto o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar do Cávado, sujeito a aprovação de cofinanciamento pelo Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (NORTE 2020), através da Tipologia de Intervenção Planos Integrado e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal;

é celebrado o presente acordo entre:

A *Comunidade Intermunicipal do Cávado*, abreviadamente designada CIM do Cávado, com sede na *Rua do Carmo, 29, 4700-309 Braga*, pessoa coletiva n.º 508779472, adiante designada como 1º Outorgante, legalmente representada por *Ricardo Bruno Antunes Machado Rio*, na qualidade de *Presidente do Conselho Intermunicipal*, que assume a coordenação da parceria, à qual é atribuída a designação de entidade coordenadora;

e

O *Município de Amares*, abreviadamente designado Município de Amares, com sede no *Largo do Município, 4720-058 Amares*, pessoa coletiva n.º 506797627, adiante designada como 2º Outorgante, legalmente representada por *Manuel da Rocha Moreira*, na qualidade de respetivo *Presidente da Câmara Municipal*;

e

O *Município de Barcelos*, abreviadamente designada Município de Barcelos, com sede no *Largo do Município, 4750-323 Barcelos*, pessoa coletiva n.º 505584760, adiante designada como 3º Outorgante, legalmente representada por *Miguel Jorge da Costa Gomes*, na qualidade de *Presidente da Câmara Municipal*;

e

O *Município de Braga*, abreviadamente designada Município de Braga, com sede na *Praça do Município, 4704-5014 Braga*, pessoa coletiva n.º 506901173, adiante designada como 4º Outorgante, legalmente representada por *Ricardo Bruno Antunes Machado Rio*, na qualidade de *Presidente da Câmara Municipal*;

e

O *Município de Esposende*, abreviadamente designada Município de Esposende, com sede na *Praça do Município, 4740-223 Esposende*, pessoa coletiva n.º 506617599, adiante designada

como 5º Outorgante, legalmente representada por *António Benjamim da Costa Pereira*, na qualidade de *Presidente da Câmara Municipal*;

e

O *Município de Terras de Bouro*, abreviadamente designada Município de Terras de Bouro, com sede no *Largo Padre Martins Capela, 4840-100 Terras de Bouro*, pessoa coletiva n.º 506907619, adiante designada como 6º Outorgante, legalmente representada por *Joaquim José Cracel Viana*, na qualidade de *Presidente da Câmara Municipal*;

e

O *Município de Vila Verde*, abreviadamente designada Município de Vila Verde, com sede na *Praça do Município, 4730-733 Vila Verde*, pessoa coletiva n.º 506641376, adiante designada como 7º Outorgante, legalmente representada por *António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela*, na qualidade de *Presidente da Câmara Municipal*;

O presente acordo entre parceiros, doravante designado de acordo, rege-se pelas seguintes cláusulas:

CLAÚSULA PRIMEIRA

(Objeto)

O objeto do Protocolo é a formalização do acordo de parceiros no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar do Cávado, que constitui um plano de intervenção integrado nos fatores determinantes para a promoção o sucesso escolar, com a integração de um conjunto de projetos e operações com o envolvimento dos seis municípios do território enquanto entidades parceiras beneficiárias.

CLAÚSULA SEGUNDA

(Fundamento da parceria)

1. O perfil das entidades signatárias do presente acordo encontra-se sintetizado no anexo I, tendo em vista a prossecução das finalidades descritas na cláusula anterior.
2. Ao trabalharem em conjunto para o desenvolvimento das atividades abaixo indicadas, os parceiros reconhecem que contribuem para o Plano nos termos descritos no quadro seguinte:

PARCEIROS	BREVE DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE CADA	PRINCIPAIS CONTRIBUTOS PARA O PLANO
-----------	--	-------------------------------------

Rua do Carmo, nº 29 | 4700-309 Braga | T 00351 253 201 360 | F 00351 253 201 369 | www.cimcavado.pt | geral@cimcavado.pt

	PARCEIRO	
1ª outorgante	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação, monitorização e avaliação do processo de implementação do Plano; - Elaborar relatórios de acompanhamento, monitorização e avaliação interna do Plano; - Gestão e manutenção da bateria de indicadores educativos específicos, de realização e resultado, de suporte ao acompanhamento do Plano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação das diferentes instâncias de governação, coordenação, monitorização e avaliação de todo o processo de implementação do Plano e dos projetos nele enquadrados. - Dinamização de espaços de trabalho para operacionalizar e concretizar estratégias de intervenção, partilha de informação e uniformizar sempre que possível instrumentos e práticas de trabalho em rede. - Acionar os níveis de planeamento, gestão e organização do Plano e articular territorialmente as intervenções.
2ª outorgante	<ul style="list-style-type: none"> - Formalização e submissão de candidaturas das operações (projetos municipais) integradas no Plano em colaboração com a comunidade educativa. - Coordenação, monitorização e avaliação do processo de implementação das operações (projetos municipais) integradas no Plano. - Elaboração de relatórios de acompanhamento, monitorização e avaliação das operações (projetos municipais) que integram o Plano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar e articular as intervenções do Plano com as equipas de projeto, comunidades educativas e as parcerias locais de enquadramento dos projetos municipais e intermunicipais; - Fornecer informação referente à monitorização dos indicadores educativos específicos e avaliação de impacto dos respetivos projetos; - Articular as medidas de política educativa nacional com o processo de implementação dos projetos municipais enquadrados no Plano; - Colaboração e participação ativa nas sessões de trabalho e outras atividades inscritas no Plano de âmbito municipal e intermunicipal com a CIM do Cávado.
3ª outorgante	<ul style="list-style-type: none"> - Formalização e submissão de candidaturas das operações (projetos municipais) integradas no Plano em colaboração com a comunidade educativa. - Coordenação, monitorização e avaliação do processo de implementação das operações (projetos municipais) integradas no Plano. - Elaboração de relatórios de acompanhamento, monitorização e avaliação das operações (projetos municipais) que integram o Plano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar e articular as intervenções do Plano com as equipas de projeto, comunidades educativas e as parcerias locais de enquadramento dos projetos municipais e intermunicipais; - Fornecer informação referente à monitorização dos indicadores educativos específicos e avaliação de impacto dos respetivos projetos; - Articular as medidas de política educativa nacional com o processo de implementação dos projetos municipais enquadrados no Plano; - Colaboração e participação ativa nas sessões de trabalho e outras atividades inscritas no Plano de âmbito municipal e intermunicipal com a CIM do Cávado.
4ª outorgante	<ul style="list-style-type: none"> - Formalização e submissão de candidaturas das operações (projetos municipais) integradas no Plano em colaboração com a comunidade educativa. - Coordenação, monitorização e avaliação do processo de implementação das operações (projetos municipais) integradas no Plano. - Elaboração de relatórios de 	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar e articular as intervenções do Plano com as equipas de projeto, comunidades educativas e as parcerias locais de enquadramento dos projetos municipais e intermunicipais; - Fornecer informação referente à monitorização dos indicadores educativos específicos e avaliação de impacto dos respetivos projetos; - Articular as medidas de política educativa nacional com

	acompanhamento, monitorização e avaliação das operações (projetos municipais) que integram o Plano.	o processo de implementação dos projetos municipais enquadrados no Plano; - Colaboração e participação ativa nas sessões de trabalho e outras atividades inscritas no Plano de âmbito municipal e intermunicipal com a CIM do Cávado.
5ª outorgante	- Formalização e submissão de candidaturas das operações (projetos municipais) integradas no Plano em colaboração com a comunidade educativa. - Coordenação, monitorização e avaliação do processo de implementação das operações (projetos municipais) integradas no Plano. - Elaboração de relatórios de acompanhamento, monitorização e avaliação das operações (projetos municipais) que integram o Plano.	- Coordenar e articular as intervenções do Plano com as equipas de projeto, comunidades educativas e as parcerias locais de enquadramento dos projetos municipais e intermunicipais; - Fornecer informação referente à monitorização dos indicadores educativos específicos e avaliação de impacto dos respetivos projetos; - Articular as medidas de política educativa nacional com o processo de implementação dos projetos municipais enquadrados no Plano; - Colaboração e participação ativa nas sessões de trabalho e outras atividades inscritas no Plano de âmbito municipal e intermunicipal com a CIM do Cávado.
6ª outorgante	- Formalização e submissão de candidaturas das operações (projetos municipais) integradas no Plano em colaboração com a comunidade educativa. - Coordenação, monitorização e avaliação do processo de implementação das operações (projetos municipais) integradas no Plano. - Elaboração de relatórios de acompanhamento, monitorização e avaliação das operações (projetos municipais) que integram o Plano.	- Coordenar e articular as intervenções do Plano com as equipas de projeto, comunidades educativas e as parcerias locais de enquadramento dos projetos municipais e intermunicipais; - Fornecer informação referente à monitorização dos indicadores educativos específicos e avaliação de impacto dos respetivos projetos; - Articular as medidas de política educativa nacional com o processo de implementação dos projetos municipais enquadrados no Plano; - Colaboração e participação ativa nas sessões de trabalho e outras atividades inscritas no Plano de âmbito municipal e intermunicipal com a CIM do Cávado.
7ª outorgante	- Formalização e submissão de candidaturas das operações (projetos municipais) integradas no Plano em colaboração com a comunidade educativa. - Coordenação, monitorização e avaliação do processo de implementação das operações (projetos municipais) integradas no Plano. - Elaboração de relatórios de acompanhamento, monitorização e avaliação das operações (projetos municipais) que integram o Plano.	- Coordenar e articular as intervenções do Plano com as equipas de projeto, comunidades educativas e as parcerias locais de enquadramento dos projetos municipais e intermunicipais; - Fornecer informação referente à monitorização dos indicadores educativos específicos e avaliação de impacto dos respetivos projetos; - Articular as medidas de política educativa nacional com o processo de implementação dos projetos municipais enquadrados no Plano; - Colaboração e participação ativa nas sessões de trabalho e outras atividades inscritas no Plano de âmbito municipal e intermunicipal com a CIM do Cávado.

3. Para a implementação das atividades previstas no número anterior, os parceiros terão direito a receber os valores estimados no quadro seguinte, por entidade envolvida, nos termos apresentados na respetiva candidatura ao NORTE 2020.

Parceiro	Custo estimado – Despesa Pública Total (€)
1.º outorgante	313.655,76€
2.º outorgante	224.999,96€
3.º outorgante	901.398,18€
4.º outorgante	1.043.962€
5.º outorgante	872.405,74€
6.º outorgante	371.872,60€
7.º outorgante	456.292,24€
Total	4.184.586,49€

CLAÚSULA TERCEIRA

(Obrigações da entidade coordenadora)

A entidade coordenadora do Plano, a CIM do Cávado assume as seguintes responsabilidades específicas:

- Assinar o Termo de Responsabilidade, o Termo de Aceitação, os pedidos de pagamento e demais documentos a apresentar à Autoridade de Gestão (AG);
- Assegurar a articulação com a AG e com as várias entidades parceiras;
- Assegurar a transferência dos montantes atribuídos pela AG no âmbito da parceria e proceder às reposições por inteiro a que haja lugar, sem prejuízo da responsabilidade solidária a que todas as entidades parceiras estão obrigadas;
- Organizar o processo técnico e contabilístico da operação, inclusive todas as peças que compõem os procedimentos de contratação pública, nos termos definidos nos artigos 8º e 9º da Portaria 60-A/2015, de 2 março, na sua atual redação;
- Estabelecer procedimentos para que todos os documentos de despesa e das auditorias sejam conservados em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, nomeadamente para garantir uma pista de auditoria adequada, ou com disposições legais nacionais, quando estas imponham prazos mais alargados;

- Assegurar a permanente atualização dos dados no Sistema de Informação (SI) de forma a permitir ao NORTE 2020 conhecer, de forma permanente e acessível, todos os elementos pertinentes rececionados, apreciados e aprovados referentes à execução física e financeira das ações apoiadas;
- Garantir a submissão no SI Portugal 2020 dos pedidos de reembolsos e execução física dos projetos, onde se detalhe informação sobre a execução do projeto, em obediência a cronogramas que garantam uma gestão adequada dos fluxos financeiros do NORTE 2020;
- Garantir que as despesas foram efetivamente incorridas;
- Assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- Assegurar a divulgação e o cumprimento, das recomendações que lhe sejam comunicadas em resultado de eventuais inspeções ou auditorias efetuadas no âmbito do sistema de auditoria e controlo do PT 2020;
- Prestar toda a informação e facultar todos os elementos que lhe sejam solicitados pelo NORTE 2020;
- Garantir o pleno cumprimento dos requisitos em matéria de informação e publicidade do projeto em geral estabelecidos na estratégia de comunicação do Portugal 2020 e do NORTE 2020, nos termos previstos nos normativos europeus e nacionais aplicáveis, informando os potenciais destinatários e o público em geral sobre os apoios concedidos ao abrigo do Programa.

CLAÚSULA QUARTA

(Obrigações dos parceiros)

No âmbito do presente acordo, todos os outorgantes/parceiros, enquanto entidades beneficiárias do Plano, nos termos estabelecidos no n.º6 do artigo 7.º da Portaria nº 60-A/2015, de 2 de Março, na sua atual redação devem:

- Garantir que cumprem e que vão cumprir as obrigações previstas nas disposições legais ou regulamentares definidas para a implementação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e do NORTE 2020, designadamente nos artigos 13º e 24º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, bem como no termo de responsabilidade e assinar pelo representante da entidade coordenadora;
- Garantir que não se encontram numa das situações de impedimentos e condicionamentos descritas no artigo 14º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação;

- Ter conhecimento que, caso o Plano seja aprovado pelo NORTE 2020, a entidade coordenadora é responsável pela receção do financiamento e pela sua distribuição pelas entidades participantes no projeto;
- Declarar a veracidade dos dados descritos no acordo;
- Declarar não ter submetido a financiamento nem terem recebido qualquer financiamento de fundos comunitários para a realização das atividades abrangidas pelo presente projeto;
- Declarar ter capacidade operacional e financeira para levar a cabo o programa de trabalhos previsto;
- Colaborar com a entidade coordenadora do projeto para garantir as obrigações subjacentes ao contrato de financiamento, fornecendo-lhe toda a informação e documentação necessária para a sua execução;
- Comprometer-se a proceder ao ajustamento do acordo, em caso de saída ou entrada de novos parceiros ou eventual revisão do Acordo, se necessário.
- Declarar a sua responsabilidade solidária no âmbito da execução do projeto, assumindo, na proporção acordada entre as partes, eventuais reposições ou não elegibilidades financeiras, bem como participação a nível da contrapartida pública nacional (CPN), quando aplicável.

CLAÚSULA QUINTA

(Resultados a contratualizar)

Os parceiros do projeto comprometem-se a contribuir para o cumprimento das metas de realização e resultado da operação que forem contratualizadas com a AG do NORTE 2020.

CLAÚSULA SEXTA

(*Modo de funcionamento da parceria*)

De forma a cumprir os objetivos, plano de atividades e metas propostas, os parceiros do projeto comprometem-se ainda a:

- Adotar os mecanismos de articulação entre parceiros de acordo com o documento anexo (Anexo II);
- Reportar à AG o nível de cumprimento das atividades previstas, eventuais desvios e, se necessário, recalendarização das atividades, nos termos definidos por esta e com uma periodicidade mínima semestral.

CLAÚSULA SÉTIMA

(Vigência)

Rua do Carmo, nº 29 | 4700-309 Braga | T 00351 253 201 360 | F 00351 253 201 369 | www.cimcavado.pt | geral@cimcavado.pt

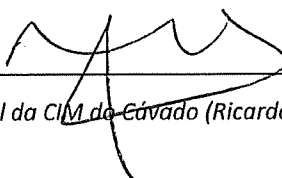
O presente acordo produz efeitos após a assinatura pelos representantes das partes que o outorgam e vigorará pelo tempo de duração do Plano, caso o mesmo seja aprovado pelo NORTE 2020, sem prejuízo da obrigatoriedade de manutenção, pelo prazo legal, dos documentos relativos aos apoios financeiros concedidos e aos controlos efetuados, no âmbito da Tipologia objeto do presente Acordo.

CLAÚSULA OITAVA*(Disposições finais)*

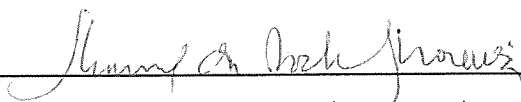
As omissões ao presente Acordo serão oportunamente analisadas e resolvidas pelas partes envolvidas.

O presente documento é elaborado em número igual ao dos Outorgantes que o subscrevem.

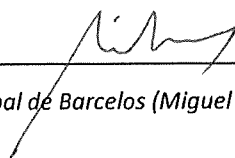
Braga, 9 de Janeiro de 2017

Primeiro outorgante

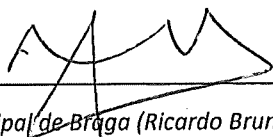
Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Cávado (Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Segundo outorgante

Presidente da Câmara Municipal de Município Amares (Manuel da Rocha Moreira)

Terceiro outorgante

Presidente da Câmara Municipal de Barcelos (Miguel Jorge da Costa Gomes)

Quarto outorgante


Presidente da Câmara Municipal de Braga (Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Quinto outorgante



Presidente da Câmara Municipal de Esposende (António Benjamim da Costa Pereira)

Sexto outorgante



Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro (Joaquim José Cracel Viana)

Sétimo outorgante



Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde (António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela)

ANEXO I – Ficha sintética dos parceiros

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PESSOA DE CONTACTO					
Entidade:	Comunidade Intermunicipal do Cávado				
Morada:	Rua do Carmo nº 29, 4700-309 Braga				
Telefone:	253201360	Email:	geral@cimcavado.pt	Website:	www.cimcavado.pt
Pessoa de contacto:	Luís Machado Macedo				
Cargo:	Primeiro Secretário Executivo	Telefone:	253809600	Email:	luismacedo@cimcavado.pt

ENQUADRAMENTO DA ENTIDADE (legislação de constituição/estatutos)
<p>A Comunidade Intermunicipal do Cávado é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram, regendo -se pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelos estatutos e pelas demais disposições legais aplicáveis. É composta pelos Municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde, correspondendo à Unidade Territorial Estatística NUT III do Cávado. A comunidade intermunicipal destina -se à prossecução dos seguintes fins públicos: Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território; Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do PORTUGAL 2020; e, Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal. No âmbito do Plano cabe à CIM Cávado assegurar a articulação das atuações entre os municípios e a rede educativa. Enquanto espaço institucional de cooperação municipal assume-se como um dos principais vetores da coesão territorial</p>

CONTRIBUTO DO PARCEIRO PARA O PROJETO (grau de especialização do parceiro - contributos técnico e científicos)
<p>A CIM Cávado ao coordenar os diferentes níveis do modelo de governação do PIICIE assumirá um papel imprescindível na ativação e dinamização de espaços de articulação interinstitucionais ao longo do processo de implementação, monitorização e avaliação do Plano. Os principais contributos técnicos e científicos situam-se ao nível da participação do técnico responsável pela coordenação e acompanhamento da execução física do Plano em articulação com as entidades municipais e comunidades educativas, desenvolvendo ao longo do período de vigência do Plano um trabalho de convergência ao nível da: disponibilização de informação contínua sobre a implementação, monitorização e avaliação do Plano; apoio técnico na implementação, monitorização e avaliação dos projetos com incidência municipal e intermunicipal; e, participação no sistema de gestão, monitorização e acompanhamento do Plano. Menciona-se ainda que no âmbito da implementação dos projetos, a CIM Cávado irá recorrer a peritos externos ligados a entidades de ensino superior, no âmbito da avaliação e eventos de comunicação.</p>

PORTFÓLIO (principais projetos que evidenciam a experiência anterior no âmbito das funções a desenvolver na operação)
<p>A Comunidade Intermunicipal do Cávado é um organismo intermédio, que no âmbito dos Contratos de Rua do Carmo, nº 29 4700-309 Braga T 00351 253 201 360 F 00351 253 201 369 www.cimcavado.pt geral@cimcavado.pt</p>

Delegação de Competências assinados entre as Autoridades de Gestão e as Comunidades Intermunicipais, procuram fomentar uma abordagem integrada das intervenções de desenvolvimento territorial, apelando à cooperação entre municípios, enquanto actores-chave do desenvolvimento, suportadas pelos respectivos Programas Territoriais de Desenvolvimento. Numa análise retrospectiva do histórico de experiências da CIM Cávado na gestão e participação de projeto em rede e em parceria com os atores de relevância para o desenvolvimento regional destacam-se: elaboração do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) Supraconcelhio do Cávado em co-colaboração com o Centro Distrital de Segurança Social de Braga e as Redes Sociais municipais. O trabalho desenvolvido foi alvo de apoio por parte do ON.2 com o registo de uma taxa de execução de 99,8%; montagem técnico-institucional e ativação de uma plataforma colaborativa no âmbito do Pacto Territorial para a Empregabilidade do Cávado; elaboração do Estudo de Antecipação de Necessidades de qualificação nível 4 (processo de concertação com os atores regionais de uma proposta de rede de oferta cursos profissionais) e implementação contínua desde 2010 do Plano Diretor de Formação Profissional que congrega ações de formação que respondam às necessidades formativas com vista à aquisição de competências específicas ao eficaz desenvolvimento das funções dos colaboradores dos 6 Municípios que esta comunidade intermunicipal contempla (Amares, Barcelos, Braga, Espinho, Terras de Bouro e Vila Verde).

COMPLEMENTARIDADE (em que medida as funções do parceiro são complementares às dos outros parceiros)

A CIM Cávado em articulação com os restantes Municípios da NUT III Cávado, assume-se como entidade coordenadora do processo de execução do Plano e dos projetos de combate ao insucesso escolar com incidência intermunicipal. As suas funções passam pela formalização e submissão das candidaturas referentes ao Plano e às operações intermunicipais (projetos) identificadas no Plano e a respetiva coordenação, monitorização e avaliação dos mesmos em estreita colaboração com as comunidades educativas municipais. Estabelece um trabalho de complementaridade e convergência com os outros parceiros à escala municipal e intermunicipal ao assumir as funções de ativar o Modelo de Governação ao nível do: i) Concelho de Vereadores para o acompanhamento, validação estratégica dos relatórios de execução, monitorização e avaliação e tomada de decisão coletiva sobre assunto inerentes ao Plano; ii) Grupo de Trabalho Operativo para fornecer informação referente à monitorização dos indicadores dos projetos, partilhar de informação, construção e manuseamento partilhado de instrumentos comuns, boas práticas e referenciais de certificação; e iii) Grupo de Pilotagem para implementar e dinamizar o plano de comunicação, capacitação institucional e avaliação.

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PESSOA DE CONTACTO					
Entidade:	Município de Amares				
Morada:	Largo do Município, 4720-058 - Amares				
Telefone:	253 993 761	Email:	geral@municipioamares.pt	Website	www.cm-amares.pt
Pessoa de contacto:	João Ferreira				
Cargo:	Tec. Superior	Telefone:	253 993 761	Email:	joaoferreira@municipioamares.pt

ENQUADRAMENTO DA ENTIDADE (legislação de constituição/estatutos)
<p>O Município de Amares é ao abrigo do Decreto-Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro uma pessoa coletiva territorial dotada de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas. É responsável pela gestão quotidiana e planificação do rumo do município consagrando tudo o que diga respeito à promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações. É um órgão colegial, composto por um/a presidente e por um número variável de vereadores/as, aos quais são, ou não, atribuídos pelouros. As competências da Câmara Municipal estão consagradas nos artigos 32º a 39º da Lei das Autarquias Locais (Lei 75/2003, de 12 de setembro), que estabelece o regime jurídico das autarquias locais. No âmbito do Plano assume-se como uma entidade pública de administração local com experiência e responsabilidades na aplicação de políticas públicas no domínio educativo e no papel de elemento facilitador do desenvolvimento de outros projetos.</p>

CONTRIBUTO DO PARCEIRO PARA O PLANO (grau de especialização do parceiro - contributos técnico e científicos)
<p>O Município de Amares ao integrar os diferentes níveis do modelo de governação do PIICIE assumirá um papel imprescindível na colaboração e participação em espaços de articulação interinstitucionais ao longo do processo de implementação, monitorização e avaliação do Plano. Os principais contributos técnicos e científicos situam-se ao nível da participação do técnico responsável pela coordenação e acompanhamento da execução física dos projetos com incidência municipal em articulação com a comunidade educativa, desenvolvendo ao longo do período de vigência do Plano um trabalho de convergência com a equipa técnica da CIM Cávado ao nível da: disponibilização de informação contínua sobre a implementação, monitorização e avaliação dos projetos com incidência municipal; colaboração na implementação, monitorização e avaliação dos projetos com incidência intermunicipal, facilitando a articulação da CIM Cávado com a comunidade educativa; e, participação no sistema de gestão, monitorização e acompanhamento do Plano.</p>

PORTFÓLIO (principais projetos que evidenciam a experiência anterior no âmbito das funções a desenvolver na operação)
<p>O Município de Amares tem uma vasta experiência na apresentação e desenvolvimento de candidaturas aprovadas ao abrigo do anterior Quadro Regional Estratégico de Desenvolvimento Regional (QREN), tendo com efeito, e na área da educação, construído diversos Centros Escolares que de forma muito positiva contribuíram para o combate ao insucesso escolar, desde logo pelo fato da melhoria implementada nos estabelecimentos de ensino, quer ao nível da modernização das instalações e equipamentos de apoio. Ainda na promoção do</p>

sucesso educativo da população escolar, podemos referir a Biblioteca Municipal como uma infraestrutura que se assume como estratégica para a perseguição deste objetivo. Nela se desenvolvem diversas atividades de caráter educativo dirigidas também a este público-alvo e que se pretendem complementares à escola com vista ao crescimento educacional. Importa também referir a experiência desenvolvida na: operação Cávado Prospectivo, “Promoção e Capacitação Institucional – Redes Institucionais/2010”, onde o município foi promotor direto na ação em co-promoção com os restantes municípios da NUT III Cávado; no âmbito de protocolo celebrado entre o Município de Amares e o Instituto da Droga e da Toxicodependência: Projeto “Aprender a crescer” (criação de um centro de ocupações de tempos livres para alunos do 1º ciclo de ensino básico com o objetivo de motivar as crianças e jovens para as atividades escolares); Projeto “Educar para prevenir” (combate ao abandono escolar e apoio a projetos para aliciar a permanência na escola para alunos do 1º ciclo de ensino básico com o objetivo de combater o abandono escolar / Dinamizar os projetos que irão de encontro às aptidões e gosto dos alunos); Projeto “Viver melhor” (criação de um Gabinete de Apoio a Jovens e Famílias disfuncionais para alunos do 1º ciclo de ensino básico com o objetivo de acompanhar as famílias em situação de crise familiar e as mais vulneráveis a situações de risco); e, Projeto “Intervir é crescer” (participação de jovens inseridos em PETI (plano de eliminação de trabalho infantil) em atividades lúdicas, pedagógicas, desportivas ou culturais para alunos do 1º ciclo de ensino básico com o objetivo de combater o abandono escolar); e, Projeto “Crescer a brincar” (programa de promoção de ajustamento psicológico que visa trabalhar variáveis como sentimentos e gestão de emoções, pensamentos, autoestima, disciplina e autorregulação, tomada de decisão, competências sociais, para alunos do 1º ciclo de ensino básico, com o objetivo de promover estratégias que combatem a desmotivação e o consequente abandono escolar; e, como entidade promotora de Atividades de Enriquecimento Curricular com oferta de atividades de complemento educativo destinadas a alunos do 1º ciclo de ensino básico para alunos do 1º ciclo de ensino básico e com o objetivo de melhorar a qualidade das aprendizagens dos alunos e consequentemente promover o sucesso escolar.

COMPLEMENTARIDADE (em que medida as funções do parceiro são complementares às dos outros parceiros)

O Município de Amares integra como entidade parceira beneficiária do Plano conforme os restantes Municípios da NUT III Cávado, assumindo-se como entidade coordenadora dos projetos de combate ao insucesso escolar com incidência municipal enquadrados no Plano. As suas funções são similares às dos restantes parceiros no que à formalização e submissão das candidaturas referentes às operações (projetos) identificadas no Plano e a respetiva coordenação, monitorização e avaliação dos mesmos em estreita colaboração com a comunidade educativa municipal. Estabelece um trabalho de complementaridade e convergência com os outros parceiros à escala intermunicipal ao assumir as funções de participar no: i) Concelho de Vereadores para o acompanhamento, validação estratégica dos relatórios de execução, monitorização e avaliação e tomada de decisão coletiva sobre assunto inerentes ao Plano e ii) Grupo de Trabalho Operativo para fornecer informação referente à monitorização dos indicadores dos projetos, partilhar de informação, construção e manuseamento partilhado de instrumentos comuns, boas práticas e referenciais de certificação.

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PESSOA DE CONTACTO

Entidade:	Município de Barcelos			
Morada:	Largo do Município, 4750-323 Barcelos			
Telefone:	253809600	Email: geral@cm-barcelos.pt	Website	www.cm-barcelos.pt/
Pessoa de contacto:	Paulo Campinho			
Cargo:	Tec. Superior	Telefone: 253809600	Email:	paulacampinho@cm-barcelos.pt

ENQUADRAMENTO DA ENTIDADE (legislação de constituição/estatutos)

O Município de Barcelos é ao abrigo do Decreto-Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro uma pessoa coletiva territorial dotada de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas. É responsável pela gestão quotidiana e planificação do rumo do município consagrando tudo o que diga respeito à promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações. É um órgão colegial, composto por um/a presidente e por um número variável de vereadores/as, aos quais são, ou não, atribuídos pelouros. As competências da Câmara Municipal estão consagradas nos artigos 32º a 39º da Lei das Autarquias Locais (Lei 75/2003, de 12 de setembro), que estabelece o regime jurídico das autarquias locais. No âmbito do Plano assume-se como uma entidade pública de administração local com experiência e responsabilidades na aplicação de políticas públicas no domínio educativo e no papel de elemento facilitador do desenvolvimento de outros projetos.

CONTRIBUTO DO PARCEIRO PARA O PROJETO (grau de especialização do parceiro - contributos técnico e científicos)

O Município de Barcelos ao integrar os diferentes níveis do modelo de governação do PIICIE assumirá um papel imprescindível na colaboração e participação em espaços de articulação interinstitucionais ao longo do processo de implementação, monitorização e avaliação do Plano. Os principais contributos técnicos e científicos situam-se ao nível da participação do técnico responsável pela coordenação e acompanhamento da execução física dos projetos com incidência municipal em articulação com a comunidade educativa, desenvolvendo ao longo do período de vigência do Plano um trabalho de convergência com a equipa técnica da CIM Cávado ao nível da: disponibilização de informação contínua sobre a implementação, monitorização e avaliação dos projetos com incidência municipal; colaboração na implementação, monitorização e avaliação dos projetos com incidência intermunicipal, facilitando a articulação da CIM Cávado com a comunidade educativa; e, participação no sistema de gestão, monitorização e acompanhamento do Plano. Menciona-se ainda que no âmbito da implementação dos projetos, o Município irá envolver como entidades parceiras não beneficiárias instituições de ensino superior (Universidade do Minho; Instituto Politécnico do Cávado e do Ave).

PORTFÓLIO (principais projetos que evidenciam a experiência anterior no âmbito das funções a desenvolver na operação)

O Município de Barcelos tem uma vasta experiência enquanto entidade promotora na apresentação e desenvolvimento de candidaturas aprovadas ao abrigo do anterior Quadro Regional Estratégico de Desenvolvimento Regional (QREN), tendo com efeito, e na área da educação, construído diversos Centros

Escolares que de forma muito positiva contribuíram para o combate ao insucesso escolar, desde logo pelo fato da melhoria implementada nos estabelecimentos de ensino, quer ao nível da modernização das instalações e equipamentos de apoio.

Importa ainda referir um conjunto de projetos do Município de Barcelos, enquanto entidade promotora e beneficiária, que evidenciam a experiência anterior no âmbito das funções a desenvolver no âmbito do Plano: Projeto Cávado Prospectivo: Carta social Concelhia e Supraconcelhia, através do Programa Operacional Regional do Norte (ON2) 2007-2013, em que o Município de Barcelos assumiu o papel de coordenador de projeto; Diagnóstico e Plano Municipal para a Igualdade de Género – o trabalho desenvolvido para elaboração do documento foi co-financiado pelo próprio Município por via do Programa Operacional Potencial Humano (PO PH) através do eixo estratégico 7 e da tipologia 7.2 - Planos para a Igualdade e pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG); Programa Escolhas: Projeto Galoartis – o Município de Barcelos assume neste projeto o papel de entidade gestora e ao Centro Social Abel Varzim o papel de entidade executora. Este programa, que visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contexto sócio-económicos desfavorecidos, apresenta, através da medida 1- Educação e Formação, uma intervenção estruturada no âmbito da prevenção do abandono e do insucesso escolar. Programa financiado pela Direção Geral da Educação, pelo Instituto da Segurança Social e Co-financiado pelo Fundo Social Europeu/PORTUGAL 2020; e, o Contrato Local de Desenvolvimento Social: Oportunidades de Empreendedorismo no Núcleo de Barcelos (OPEN-B) em que o Consórcio é liderado pela entidade ATAHCA com intervenção social e escolar, na zona urbana de Barcelos e cujo município se constitui como parceiro estratégico.

COMPLEMENTARIDADE (em que medida as funções do parceiro são complementares às dos outros parceiros)

O Município de Barcelos integra como entidade parceira beneficiária do Plano conforme os restantes Municípios da NUT III Cávado, assumindo-se como entidade coordenadora dos projetos de combate ao insucesso escolar com incidência municipal enquadrados no Plano. As suas funções são similares às dos restantes parceiros no que à formalização e submissão das candidaturas referentes às operações (projetos) identificadas no Plano e a respetiva coordenação, monitorização e avaliação dos mesmos em estreita colaboração com a comunidade educativa municipal. Estabelece um trabalho de complementaridade e convergência com os outros parceiros à escala intermunicipal ao assumir as funções de participar no: i) Concelho de Vereadores para o acompanhamento, validação estratégica dos relatórios de execução, monitorização e avaliação e tomada de decisão coletiva sobre assunto inerentes ao Plano e ii) Grupo de Trabalho Operativo para fornecer informação referente à monitorização dos indicadores dos projetos, partilhar de informação, construção e manuseamento partilhado de instrumentos comuns, boas práticas e referenciais de certificação.

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PESSOA DE CONTACTO

Entidade:	Município de Braga			
Morada:	Praça do Município 4704-5014 Braga			
Telefone:	253203150	Email: municipe@cm-braga.pt	Website	www.cm-braga.pt
Pessoa de contacto:	José Pedro Machado			
Cargo:	Chefe da Divisão de Gestão de Fundos Comunitários	Telefone: 253203150	Email:	gap.gfc@cm-braga.pt

ENQUADRAMENTO DA ENTIDADE (legislação de constituição/estatutos)

O Município de Braga é ao abrigo do Decreto-Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro uma pessoa coletiva territorial dotada de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas. É responsável pela gestão quotidiana e planificação do rumo do município consagrando tudo o que diga respeito à promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações. É um órgão colegial, composto por um/a presidente e por um número variável de vereadores/as, aos quais são, ou não, atribuídos pelouros. As competências da Câmara Municipal estão consagradas nos artigos 32º a 39º da Lei das Autarquias Locais (Lei 75/2003, de 12 de setembro), que estabelece o regime jurídico das autarquias locais. No âmbito do Plano assume-se como uma entidade pública de administração local com experiência e responsabilidades na aplicação de políticas públicas no domínio educativo e no papel de elemento facilitador do desenvolvimento de outros projetos.

CONTRIBUTO DO PARCEIRO PARA O PROJETO (grau de especialização do parceiro - contributos técnico e científicos)

O Município de Braga ao integrar os diferentes níveis do modelo de governação do PIICIE assumirá um papel imprescindível na colaboração e participação em espaços de articulação interinstitucionais ao longo do processo de implementação, monitorização e avaliação do Plano. Os principais contributos técnicos e científicos situam-se ao nível da participação do técnico responsável pela coordenação e acompanhamento da execução física dos projetos com incidência municipal em articulação com a comunidade educativa, desenvolvendo ao longo do período de vigência do Plano um trabalho de convergência com a equipa técnica da CIM Cávado ao nível da: disponibilização de informação contínua sobre a implementação, monitorização e avaliação dos projetos com incidência municipal; colaboração na implementação, monitorização e avaliação dos projetos com incidência intermunicipal, facilitando a articulação da CIM Cávado com a comunidade educativa; e, participação no sistema de gestão, monitorização e acompanhamento do Plano. Menciona-se ainda que no âmbito da implementação dos projetos, o Município irá envolver como entidades parceiras não beneficiárias instituições de ensino superior (Universidade do Minho).

PORTFÓLIO (principais projetos que evidenciam a experiência anterior no âmbito das funções a desenvolver na operação)

O Município de Braga através do Gabinete de Fundos Comunitários, tem uma vasta experiência, com início na década de 90, na gestão de projectos co-financiados, quer por fundos comunitários quer por fundos nacionais.

Rua do Carro, nº 29 | 4700-309 Braga | T 00351 253 201 360 | F 00351 253 201 369 | www.cimcavado.pt | geral@cimcavado.pt

Enquanto entidade promotora sublinha-se a apresentação e desenvolvimento de candidaturas aprovadas ao abrigo do anterior Quadro Regional Estratégico de Desenvolvimento Regional (QREN), tendo com efeito, e na área da educação, construído diversos Centros Escolares que de forma muito positiva contribuíram para o combate ao insucesso escolar, desde logo pelo fato da melhoria implementada nos estabelecimentos de ensino, quer ao nível da modernização das instalações e equipamentos de apoio.

Importa ainda referir um conjunto de projetos do Município de Braga, enquanto entidade promotora e beneficiária, que evidenciam a experiência anterior no âmbito das funções a desenvolver no âmbito do Plano: Projeto Cávado Prospectivo: Carta social Concelhia e Supraconcelhia, através do Programa Operacional Regional do Norte (ON2), em que o Município de Braga assumiu o papel de copromotor do projeto; Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano no âmbito do Norte 2020 e que inclui um eixo determinante para a dinamização de ações e projetos dirigidos a comunidades desfavorecidas; Programa Escolhas – o Município de Braga integra o consórcio de parceria. Este programa, que visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contexto socioeconómicos desfavorecidos, apresenta, através da medida 1- Educação e Formação, uma intervenção estruturada no âmbito da prevenção do abandono e do insucesso escolar; e, o Contrato Local de Desenvolvimento Social em que município se constitui como parceiro estratégico.

COMPLEMENTARIDADE (em que medida as funções do parceiro são complementares às dos outros parceiros)

O Município de Braga integra como entidade parceira beneficiária do Plano conforme os restantes Municípios da NUT III Cávado, assumindo-se como entidade coordenadora dos projetos de combate ao insucesso escolar com incidência municipal enquadrados no Plano. As suas funções são similares às dos restantes parceiros no que à formalização e submissão das candidaturas referentes às operações (projetos) identificadas no Plano e a respetiva coordenação, monitorização e avaliação dos mesmos em estreita colaboração com a comunidade educativa municipal. Estabelece um trabalho de complementaridade e convergência com os outros parceiros à escala intermunicipal ao assumir as funções de participar no: i) Concelho de Vereadores para o acompanhamento, validação estratégica dos relatórios de execução, monitorização e avaliação e tomada de decisão coletiva sobre assunto inerentes ao Plano e ii) Grupo de Trabalho Operativo para fornecer informação referente à monitorização dos indicadores dos projetos, partilhar de informação, construção e manuseamento partilhado de instrumentos comuns, boas práticas e referenciais de certificação. Menciona-se ainda que no âmbito da implementação dos projetos, o Município irá envolver como entidades parceiras não beneficiárias instituições de ensino superior (Universidade do Minho).

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PESSOA DE CONTACTO

Entidade:	Município de Esposende			
Morada:	Praça do Município, 4740-223 Esposende			
Telefone:	253960100	Email:	geral@cm-esposende.pt	Website: www.cm-esposende.pt/
Pessoa de contacto:	Márcia Mesquita			
Cargo:	Téc. Superior	Telefone:	253960100	Email: marcia.mesquita@cm-esposende.pt

ENQUADRAMENTO DA ENTIDADE (legislação de constituição/estatutos)

O Município de Esposende é ao abrigo do Decreto-Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro uma pessoa coletiva territorial dotada de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas. É responsável pela gestão quotidiana e planificação do rumo do município consagrando tudo o que diga respeito à promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações. É um órgão colegial, composto por um/a presidente e por um número variável de vereadores/as, aos quais são, ou não, atribuídos pelouros. As competências da Câmara Municipal estão consagradas nos artigos 32º a 39º da Lei das Autarquias Locais (Lei 75/2003, de 12 de setembro), que estabelece o regime jurídico das autarquias locais. No âmbito do Plano assume-se como uma entidade pública de administração local com experiência e responsabilidades na aplicação de políticas públicas no domínio educativo e no papel de elemento facilitador do desenvolvimento de outros projetos.

CONTRIBUTO DO PARCEIRO PARA O PROJETO (grau de especialização do parceiro - contributos técnico e científicos)

O Município de Esposende ao integrar os diferentes níveis do modelo de governação do PIICIE assumirá um papel imprescindível na colaboração e participação em espaços de articulação interinstitucionais ao longo do processo de implementação, monitorização e avaliação do Plano. Os principais contributos técnico e científicos situam-se ao nível da participação do técnico responsável pela coordenação e acompanhamento da execução física dos projetos com incidência municipal em articulação com a comunidade educativa, desenvolvendo ao longo do período de vigência do Plano um trabalho de convergência com a equipa técnica da CIM Cávado ao nível da: disponibilização de informação contínua sobre a implementação, monitorização e avaliação dos projetos com incidência municipal; colaboração na implementação, monitorização e avaliação dos projetos com incidência intermunicipal, facilitando a articulação da CIM Cávado com a comunidade educativa; e, participação no sistema de gestão, monitorização e acompanhamento do Plano.

PORTFÓLIO (principais projetos que evidenciam a experiência anterior no âmbito das funções a desenvolver na operação)

O Município de Esposende tem uma vasta experiência na apresentação e desenvolvimento de candidaturas aprovadas ao abrigo do anterior Quadro Regional Estratégico de Desenvolvimento Regional (QREN), tendo com efeito, e na área da educação, construído diversos Centros Escolares que de forma muito positiva contribuíram para o combate ao insucesso escolar, desde logo pelo fato da melhoria implementada nos estabelecimentos de ensino, quer ao nível da modernização das instalações e equipamentos de apoio. Ainda na promoção do sucesso educativo da população escolar, podemos referir a Casa do Juventude como uma infraestrutura que se

Rua do Camo, nº 29 | 4700-309 Braga | T 00351 253 201 360 | F 00351 253 201 369 | www.cimcavado.pt | geral@cimcavado.pt

assume como estratégica para a perseguição deste objetivo. Nela se desenvolvem diversas atividades de caráter educativo dirigidas também a este público-alvo e que se pretendem complementares à escola com vista ao crescimento educacional. Importa também referir a experiência desenvolvida nas operações: Cávado Prospectivo, “Promoção e Capacitação Institucional – Redes Institucionais/2010”, onde o município foi promotor direto na ação em co-promoção com os restantes municípios da NUT III Cávado; Projeto de Educação Ambiental e Porque Ler é Importante no âmbito do Programa Operacional Regional Norte (ON); e ao nível dos Estágios PEPAL do POPH.

COMPLEMENTARIDADE (em que medida as funções do parceiro são complementares às dos outros parceiros)

O Município de Esposende integra como entidade parceira beneficiária do Plano conforme os restantes Municípios da NUT III Cávado, assumindo-se como entidade coordenadora dos projetos de combate ao insucesso escolar com incidência municipal enquadrados no Plano. As suas funções são similares às dos restantes parceiros no que à formalização e submissão das candidaturas referentes às operações (projetos) identificadas no Plano e a respetiva coordenação, monitorização e avaliação dos mesmos em estreita colaboração com a comunidade educativa municipal. Estabelece um trabalho de complementaridade e convergência com os outros parceiros à escala intermunicipal ao assumir as funções de participar no: i) Concelho de Vereadores para o acompanhamento, validação estratégica dos relatórios de execução, monitorização e avaliação e tomada de decisão coletiva sobre assunto inerentes ao Plano e ii) Grupo de Trabalho Operativo para fornecer informação referente à monitorização dos indicadores dos projetos, partilhar de informação, construção e manuseamento partilhado de instrumentos comuns, boas práticas e referenciais de certificação.

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PESSOA DE CONTACTO

Entidade:	Município de Terras de Bouro			
Morada:	Largo Padre Martins Capela, 4840-100 Terras de Bouro			
Telefone:	253350010	Email:	geral@cm-terrasdebouro.pt	Website: www.cm-terrasdebouro.pt
Pessoa de contacto:	Cristóvão Carvalho			
Cargo:	Tec. Superior	Telefone:	253350010	Email: gap@cm-terrasdebouro.pt

ENQUADRAMENTO DA ENTIDADE (legislação de constituição/estatutos)

O Município de Terras de Bouro é ao abrigo do Decreto-Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro uma pessoa coletiva territorial dotada de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas. É responsável pela gestão quotidiana e planificação do rumo do município consagrando tudo o que diga respeito à promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações. É um órgão colegial, composto por um/a presidente e por um número variável de vereadores/as, aos quais são, ou não, atribuídos pelouros. As competências da Câmara Municipal estão consagradas nos artigos 32º a 39º da Lei das Autarquias Locais (Lei 75/2003, de 12 de setembro), que estabelece o regime jurídico das autarquias locais. No âmbito do Plano assume-se como uma entidade pública de administração local com experiência e responsabilidades na aplicação de políticas públicas no domínio educativo e no papel de elemento facilitador do desenvolvimento de outros projetos.

CONTRIBUTO DO PARCEIRO PARA O PROJETO (grau de especialização do parceiro - contributos técnico e científicos)

O Município de Terras de Bouro ao integrar os diferentes níveis do modelo de governação do PIICIE assumirá um papel imprescindível na colaboração e participação em espaços de articulação interinstitucionais ao longo do processo de implementação, monitorização e avaliação do Plano. Os principais contributos técnicos e científicos situam-se ao nível da participação do técnico responsável pela coordenação e acompanhamento da execução física dos projetos com incidência municipal em articulação com a comunidade educativa, desenvolvendo ao longo do período de vigência do Plano um trabalho de convergência com a equipa técnica da CIM Cávado ao nível da: disponibilização de informação contínua sobre a implementação, monitorização e avaliação dos projetos com incidência municipal; colaboração na implementação, monitorização e avaliação dos projetos com incidência intermunicipal, facilitando a articulação da CIM Cávado com a comunidade educativa; e, participação no sistema de gestão, monitorização e acompanhamento do Plano. Menciona-se ainda que no âmbito da implementação dos projetos, o Município irá envolver como entidades parceiras não beneficiárias instituições de ensino superior (Universidade do Minho).

PORTFÓLIO (principais projetos que evidenciam a experiência anterior no âmbito das funções a desenvolver na operação)

O Município de Terras de Bouro tem uma vasta experiência na apresentação e desenvolvimento de candidaturas aprovadas ao abrigo do anterior Quadro Regional Estratégico de Desenvolvimento Regional (QREN), tendo com efeito, e na área da educação, construído diversos Centros Escolares que de forma muita

Rua do Carmo, nº 29 | 4700-309 Braga | T 00351 253 201 360 | F 00351 253 201 369 | www.cimcavado.pt | geral@cimcavado.pt

positiva contribuíram para o combate ao insucesso escolar, desde logo pelo fato da melhoria implementada nos estabelecimentos de ensino, quer ao nível da modernização das instalações e equipamentos de apoio. Importa ainda referir um conjunto de projetos do Município de Terras de Bouro, enquanto entidade promotora e beneficiária, onde tem experiência no desenvolvimento e execução de projetos (entidade promotora) de âmbito escolar e que evidenciam a experiência anterior no âmbito das funções a desenvolver no âmbito do Plano: Construção do Centro Escolar do Vale do Homem, no âmbito do eixo prioritário da Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial; Construção de Pavilhão Gimnodesportivo, no âmbito do eixo prioritário da Coesão Local, tendo sido o município a entidade promotora; Projeto GONÓMON-Escolas na Biosfera (Operação POSEUR-03-2215-FC-000030) que visa colmatar a falta de contacto direto e de vivências pessoais que permitirão criar laços emocionais e intelectuais com o contexto natural, sendo o município promotor com a ADERE PG na iniciativa; Projeto "Porque Ler é Importante", de índole supramunicipal e desenvolvido por 5 municípios da CIM Cávado, que visou desenvolver competências de leitura com vista a uma melhor aprendizagem dos alunos; Operação Cávado Prospectivo, "Promoção e Capacitação Institucional – Redes Institucionais/2010", onde o município foi promotor direto na ação; No âmbito do Plano Tecnológico da Educação do Vale do Cávado, CANDIDATURA AO PROGRAMA "ECONOMIA DIGITAL E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO", o município foi parceiro na aquisição de material de apetrechamento das salas escolares; e, ações desenvolvidas no quadro dos Centros Municipais de Valências locais nomeadamente em ações de sensibilização, celebração de diversas efemérides, aulas de música, disponibilização de aulas de apoio fora do horário escolar, etc.

COMPLEMENTARIDADE (em que medida as funções do parceiro são complementares às dos outros parceiros)

O Município de Terras de Bouro integra como entidade parceira beneficiária do Plano conforme os restantes Municípios da NUT III Cávado, assumindo-se como entidade coordenadora dos projetos de combate ao insucesso escolar com incidência municipal enquadrados no Plano. As suas funções são similares às dos restantes parceiros no que à formalização e submissão das candidaturas referentes às operações (projetos) identificadas no Plano e a respetiva coordenação, monitorização e avaliação dos mesmos em estreita colaboração com a comunidade educativa municipal. Estabelece um trabalho de complementaridade e convergência com os outros parceiros à escala intermunicipal ao assumir as funções de participar no: i) Concelho de Vereadores para o acompanhamento, validação estratégica dos relatórios de execução, monitorização e avaliação e tomada de decisão coletiva sobre assunto inerentes ao Plano e ii) Grupo de Trabalho Operativo para fornecer informação referente à monitorização dos indicadores dos projetos, partilhar de informação, construção e manuseamento partilhado de instrumentos comuns, boas práticas e referenciais de certificação.

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PESSOA DE CONTACTO

Entidade:	Município de Vila Verde			
Morada:	Praça do Município, 4730-733 Vila Verde			
Telefone:	253310500	Email:	geral@cm-vilaverde.pt	Website: cm-vilaverde.pt/
Pessoa de contacto:	José Alberto Gomes da Costa Cunha			
Cargo:	Téc. Superior	Telefone:	253310500	Email: jose.cunha@cm-vilaverde.pt

ENQUADRAMENTO DA ENTIDADE (legislação de constituição/estatutos)

O Município de Vila Verde é ao abrigo do Decreto-Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro uma pessoa coletiva territorial dotada de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas. É responsável pela gestão quotidiana e planificação do rumo do município consagrando tudo o que diga respeito à promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações. É um órgão colegial, composto por um/a presidente e por um número variável de vereadores/as, aos quais são, ou não, atribuídos pelouros. As competências da Câmara Municipal estão consagradas nos artigos 32º a 39º da Lei das Autarquias Locais (Lei 75/2003, de 12 de setembro), que estabelece o regime jurídico das autarquias locais. No âmbito do Plano assume-se como uma entidade pública de administração local com experiência e responsabilidades na aplicação de políticas públicas no domínio educativo e no papel de elemento facilitador do desenvolvimento de outros projetos.

CONTRIBUTO DO PARCEIRO PARA O PROJETO (grau de especialização do parceiro - contributos técnico e científicos)

O Município de Vila Verde ao integrar os diferentes níveis do modelo de governação do PIICIE assumirá um papel imprescindível na colaboração e participação em espaços de articulação interinstitucionais ao longo do processo de implementação, monitorização e avaliação do Plano. Os principais contributos técnicos e científicos situam-se ao nível da participação do técnico responsável pela coordenação e acompanhamento da execução física dos projetos com incidência municipal em articulação com a comunidade educativa, desenvolvendo ao longo do período de vigência do Plano um trabalho de convergência com a equipa técnica da CIM Cávado ao nível da: disponibilização de informação contínua sobre a implementação, monitorização e avaliação dos projetos com incidência municipal; colaboração na implementação, monitorização e avaliação dos projetos com incidência intermunicipal, facilitando a articulação da CIM Cávado com a comunidade educativa; e, participação no sistema de gestão, monitorização e acompanhamento do Plano. Menciona-se ainda que no âmbito da implementação dos projetos, o Município irá envolver como entidades parceiras não beneficiárias instituições de ensino superior (ex: Universidade do Minho; Universidade Católica).

PORTFÓLIO (principais projetos que evidenciam a experiência anterior no âmbito das funções a desenvolver na operação)

O Município de Vila Verde tem uma vasta experiência na apresentação e desenvolvimento de candidaturas aprovadas ao abrigo do anterior Quadro Regional Estratégico de Desenvolvimento Regional (QREN), tendo com efeito, e na área da educação, construído diversos Centros Escolares que de forma muito positiva contribuíram

para o combate ao insucesso escolar, desde logo pelo fato da melhoria implementada nos estabelecimentos de ensino, quer ao nível da modernização das instalações e equipamentos de apoio. Só nesta área foram intervencionadas em diversas freguesias do Concelho dez edifícios escolares: Vila Verde, Turiz, Lage, Soutelo, Vila de Prado, Cervães, Cabanelas, Moure Azões e Pico de Regalados/Prado S. Miguel. Ainda na promoção do sucesso educativo da população escolar, podemos referir a Casa do Conhecimento como uma infraestrutura que se assume como estratégica para a perseguição deste objetivo. Nela se desenvolvem diversas atividades de caráter educativo dirigidas também a este público-alvo e que se pretendem complementares à escola com vista ao crescimento educacional. Importa também referir a experiência desenvolvida na operação Cávado Prospectivo, “Promoção e Capacitação Institucional – Redes Institucionais/2010”, onde o município foi promotor direto na ação em co-promoção com os restantes municípios da NUT III Cávado.

COMPLEMENTARIDADE (em que medida as funções do parceiro são complementares às dos outros parceiros)

O Município de Vila Verde integra como entidade parceira beneficiária do Plano conforme os restantes Municípios da NUT III Cávado, assumindo-se como entidade coordenadora dos projetos de combate ao insucesso escolar com incidência municipal enquadrados no Plano. As suas funções são similares às dos restantes parceiros no que à formalização e submissão das candidaturas referentes às operações (projetos) identificadas no Plano e a respetiva coordenação, monitorização e avaliação dos mesmos em estreita colaboração com a comunidade educativa municipal. Estabelece um trabalho de complementaridade e convergência com os outros parceiros à escala intermunicipal ao assumir as funções de participar no: i) Concelho de Vereadores para o acompanhamento, validação estratégica dos relatórios de execução, monitorização e avaliação e tomada de decisão coletiva sobre assunto inerentes ao Plano e ii) Grupo de Trabalho Operativo para fornecer informação referente à monitorização dos indicadores dos projetos, partilhar de informação, construção e manuseamento partilhado de instrumentos comuns, boas práticas e referenciais de certificação.

ANEXO II

Descrição dos mecanismos de articulação entre parceiros (e.g. plataforma colaborativa de comunicações; periodicidade das reuniões; metodologias e instrumentos de intervenções; processo de tomada de decisão; meios e datas de disseminação; planeamento, acompanhamento e avaliação das ações; etc.)

O processo de implementação do Plano foi demarcado por dinâmicas de colaboração e participação ativa das comunidades educativas municipais da NUT III Cávado e outros agentes, que deverão ter continuidade ao longo do processo de implementação do mesmo. Este processo de colaboração tem exigências de coordenação e pilotagem estratégica muito específicas e exigentes. Tendo por base o Modelo de Governação desenhado para o Plano importa aqui explicitar os principais mecanismos de articulação entre parceiros à luz dos diferentes espaços de trabalho e articulação que se vislumbram ao longo do Plano.

A nível estratégico, o Conselho de Vereadores com o Pelouro de Educação assume a função de liderança e coordenação estratégica, pelo que se pretende realizar duas sessões anuais para apresentação e validação coletiva dos relatórios de acompanhamento, monitorização e avaliação interna do Plano. Será também a este nível que será ativada o processo de tomada de decisão sobre as melhores opções estratégicas a assumir face a constrangimentos e obstáculos que ocorram ao nível dos projetos e atividades inerente ao Plano, para que haja um compromisso e vinculação institucional coletivo.

A nível mais operativo, o Grupo Operativo Intermunicipal de Educação ao integrar os técnicos das divisões de educação responsáveis pela coordenação dos projetos à escala concelhia, deverá ter sessões de trabalho trimestrais para o desenvolvimento de instrumentos e metodologias de monitorização e avaliação de forma harmonizada à escala intermunicipal (relatórios de acompanhamento, grelhas de monitorização de indicadores, grelhas de planeamento de sessões de trabalho), planeamento de atividades à escala intermunicipal (eventos de divulgação) e a partilha/transferência de conhecimento, constrangimentos, mecanismos de superação de obstáculos e boas-práticas desenvolvidas nos projetos.

A equipa técnica do Plano deverá realizar reuniões anuais em cada concelho para prestar apoio técnico nas dificuldades ou necessidades manifestadas pelos interlocutores dos projetos e acompanhar em proximidade a implementação dos projetos. Deverá para isso desenvolver instrumentos de acompanhamento (relatórios das sessões) para aplicar nas sessões de trabalho à escala municipal. Numa escala mais intermunicipal a equipa técnica será responsável por todas as atividades relacionadas com a dinamização do Plano de Comunicação do Plano, organizando e diligenciando o envio das notas de imprensa sempre que ocorram eventos ou assuntos de divulgação relevante do Plano e respetivos projetos.

Os meios de comunicação a privilegiar entre os parceiros que integram o modelo de governação do plano são a partilha de informação e documentação via correios electrónicos institucionais, o carregamento de documentos de divulgação e disseminação dos resultados do Plano e dos Projetos no site da CIM Cávado e dos municípios numa periodicidade semestral ou trimestral.

ACORDO DE COOPERAÇÃO REFERENTE À CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA MULTIDISCIPLINAR, NO ÂMBITO DOS PROJETOS "SABER CRESCER" E "EQUIPA TÉCNICA DE ARTICULAÇÃO EDUCATIVA", INSERIDOS NO PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR DO CÁVADO

Considerando que:

- O Município de Braga candidatou ao Aviso NORTE-66-2016-29, enquanto entidade promotora e coordenadora, os Projetos Saber Crescer e Equipa Técnica de Articulação Educativa, abreviadamente designado por ETAE, que integram o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) do Cávado, aprovado pelo Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (NORTE 2020), através da Tipologia de Intervenção Planos Integrado e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal;
- Os projetos "Saber Crescer" e "Equipa Técnica de Articulação Educativa" estão inseridos no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar do Cávado, e visam reforçar a intervenção socioeducativa com técnicos de diferentes áreas de especialização (Terapia da Fala, Animação Sociocultural, Mediação, Psicologia e Educação/Intervenção Comunitária) de modo a que as suas ações no terreno sejam complementares à ação educativa das escolas e comunidade, e efetivamente promotoras de sucesso educativo.
- Os Projetos "Saber Crescer" e "ETAE" foram desenvolvidos e construídos em cooperação estreita e com o envolvimento ativo dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Braga. Ainda que com focos de intervenção diferenciados mas simultaneamente complementares, assumem como principal foco de intervenção o combate ao insucesso escolar de forma articulada, pelo que a comunidade educativa de Braga entende que os técnicos devem desempenhar funções específicas a cada projeto mas trabalhar em colaboração e articulação estreita entre ambos.
- Os âmbitos de intervenção de ambos os projetos são complementares e têm como objetivo a criação de Equipas Multidisciplinares que: ao nível do 1.º Ciclo intervenham de forma personalizada na superação de dificuldades de literacia linguística/comunicacional e implementem medidas ao nível da gestão e mediação de conflitos com recursos técnicos para minimizar os comportamentos desadequados em contexto escolar; e ao nível do Ensino Básico reforcem e complementem a ação das escolas no apoio e acompanhamento das situações de alunos sinalizados com causas e fatores geradores de insucesso escolar e respetivas famílias.
- Os parceiros abaixo assinados comprometem-se a participar e cooperar no desenvolvimento em conjunto dos Projetos "Saber Crescer" e "ETAE", através da definição das regras de funcionamento da Equipa Multidisciplinar, e sua articulação com a intervenção dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupadas do concelho de Braga, considerando o enquadramento previsto no artigo 35º da Lei nº 51/2012, de 05 de setembro.

é celebrado o presente acordo de cooperação entre o Município de Braga, a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga, os Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada sobre a Equipa Multidisciplinar dos supracitados Projetos:

O Município de Braga, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, adiante designado como 1º Outorgante, legalmente representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal;

e

A Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga, com sede na Avenida 31 de Janeiro 317, 4715-017 Braga, pessoa coletiva n.º 500745749, adiante designada como 2º Outorgante, legalmente representada por Armando Maria da Cunha Osório Araújo, na qualidade de seu Presidente.

e

O Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, com sede na Rua Álvaro Carneiro, 4715-086 Braga, pessoa coletiva n.º 600077594, adiante designado como 3º Outorgante, legalmente representado por João Manuel Esteves Dias de Andrade, na qualidade de Diretor do Agrupamento, ao qual é atribuída a designação de entidade parceira não beneficiária do Plano e projetos intermunicipais;

e

O Agrupamento de Escolas André Soares, com sede na Praceta André Soares nº 39, 4715-002 Braga, pessoa coletiva n.º 600081702, adiante designado como 4º Outorgante, legalmente representado por Maria da Graça Martins Pereira de Moura, na qualidade de Diretora do Agrupamento, ao qual é atribuída a designação de entidade parceira não beneficiária do Plano e projetos intermunicipais;

e

O Agrupamento de Escolas de Braga Oeste, com sede Largo João Martins de Oliveira nº 5, 4705-769 Braga, pessoa coletiva n.º 600078310, adiante designado como 5º Outorgante, legalmente representado por Cândida de Jesus da Cunha Ferreira, na qualidade de Diretora do Agrupamento, ao qual é atribuída a designação de entidade parceira não beneficiária do Plano e dos projetos municipais e intermunicipais;

e

O Agrupamento de Escolas Carlos Amarante, com sede na Rua da Restauração, 4710-428 Braga, pessoa coletiva n.º 600081311, adiante designado como 6º Outorgante, legalmente representado por Hortense Lopes dos Santos, na qualidade de Diretora do Agrupamento, ao qual é atribuída a designação de entidade parceira não beneficiária do Plano e projetos intermunicipais;

e

O Agrupamento de Escolas de Celeirós, com sede Avenida Senhor da Paciência, 4705-448 Braga, pessoa coletiva n.º 600080889, adiante designado como 7º Outorgante, legalmente representado por Célia Pereira Simões, na qualidade de Diretora do Agrupamento, ao qual é atribuída a designação de entidade parceira não beneficiária do Plano e projetos intermunicipais;

e

O Agrupamento de Escolas D. Maria II, com sede na Rua 25 de abril, 4710-913 Braga, pessoa coletiva n.º 600078990, adiante designado como 8º Outorgante, legalmente representado por João Luís Dantas Leite, na qualidade de Diretor do Agrupamento, ao qual é atribuída a designação de entidade parceira não beneficiária do Plano e projetos intermunicipais;

e

O Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, com sede na Rua do Taxa, 4710-448 Braga, pessoa coletiva n.º 600072541, adiante designado como 9º Outorgante, legalmente representado por Jorge Armando Oliveira Queirós Amado, na qualidade de Diretor do Agrupamento, ao qual é atribuída a designação de entidade parceira não beneficiária do Plano e projetos intermunicipais;

e

O Agrupamento de Escolas de Maximinos, com sede na Avenida Colégio Órfãos de São Caetano, 4700-235 Braga, pessoa coletiva n.º 600084256, adiante designado como 10º Outorgante, legalmente representado por António Domingos Silva Pereira, na qualidade de Diretor do Agrupamento, ao qual é atribuída a designação de entidade parceira não beneficiária do Plano e projetos intermunicipais;

e

O Agrupamento de Escolas de Mosteiro e Cávado, com sede na Rua da Veiguiinha, 4700-760 Braga, pessoa coletiva n.º 600077055, adiante designado como 11º Outorgante, legalmente representado por Maria José da Cunha Correia, na qualidade de Diretora do Agrupamento, ao qual é atribuída a designação de entidade parceira não beneficiária do Plano e dos projetos municipais e intermunicipais;

e

O Agrupamento de Escolas de Real, com sede na Avenida de São Frutuoso, 4700-291 Braga, pessoa coletiva n.º 600077152, adiante designado como 12º Outorgante, legalmente representado por Zita Margarida Barreira Esteves, na qualidade de Diretora do Agrupamento, ao qual é atribuída a designação de entidade parceira não beneficiária do Plano e projetos intermunicipais;

e

O Agrupamento de Escolas Sá de Miranda, com sede na Rua Dr. Domingos Soares, 4710-295 Braga, pessoa coletiva n.º 600078248, adiante designado como 13º Outorgante, legalmente representado por Margarida Antonieta da Rocha e Silva, na qualidade de Diretora do Agrupamento, ao qual é atribuída a designação de entidade parceira não beneficiária do Plano e projetos intermunicipais;

e

O Agrupamento de Escolas de Trigoal de Santa Maria, com sede na Rua Nova do Trigoal, 4705-671 Braga, pessoa coletiva n.º 600078329, adiante designado como 14º Outorgante, legalmente representado por José Lopes Sil, na qualidade de Diretor do Agrupamento, ao qual é atribuída a designação de entidade parceira não beneficiária do Plano e projetos intermunicipais;

e

A Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, com sede na Rua Fundação Gulbenkian, 4710-394 Braga, pessoa coletiva n.º 600041247, adiante designada como 15º Outorgante, legalmente representada por Ana Maria Fernandes Pereira Caldeira Guimarães Ferreira, na qualidade de Diretora da Escola, à qual é atribuída a designação de entidade parceira não beneficiária do Plano e projetos intermunicipais;

O presente acordo de cooperação entre parceiros, doravante designado de acordo, rege-se pelas seguintes cláusulas:

CLAÚSULA PRIMEIRA

(Objeto)

O objeto do acordo é a formalização da cooperação no âmbito dos Projetos “Saber Crescer” e “ETAE”, que integram a constituição de Equipas Multidisciplinares de apoio às escolas e de promoção dos fatores determinantes para a promoção o sucesso escolar.

Este acordo vincula a continuidade da estreita cooperação desenvolvida entre o Município de Braga, a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga, os Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada de Braga, no ato de elaboração dos projetos, conforme descrito nos Anexos, para a fase de execução, monitorização e avaliação.

CLAÚSULA SEGUNDA

(Âmbito)

1. A Equipa Multidisciplinar dos Projetos “Saber Crescer” e “ETAE”, tem como objetivo contribuir para a promoção do sucesso educativo e prevenir o abandono escolar através da implementação e operacionalização das ações previstas.
2. No âmbito das funções que lhe estão cometidas, as equipas multidisciplinares dos projetos exercem a sua atividade com autonomia técnico-científica e respeito pelas normas deontológicas da educação e formação, articulando com o coordenador e com os representantes dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, com vista à tomada de decisões sobre os processos mais adequados à prossecução do objetivo para que foi criada.

CLAÚSULA TERCEIRA

(Objetivos)

1. Os objetivos de intervenção das Equipas Multidisciplinares dos projetos visam contribuir para os que constam na legislação que prevê a sua constituição, designadamente:

- Inventariar as situações problemáticas com origem na comunidade envolvente, alertando e motivando os agentes locais para a sua intervenção, designadamente preventiva;
- Promover medidas de integração e inclusão do aluno na escola tendo em conta sua envolvimento familiar e social;
- Atuar preventivamente relativamente aos alunos que se encontram nas situações de maiores dificuldades de aprendizagem, risco de abandono escolar, comportamentos de risco ou gravemente violadores dos deveres do aluno ou se encontrem na iminência de ultrapassar os limites de faltas previstas no Estatuto do aluno;
- Acompanhar os alunos nos planos de integração na escola e na aquisição e desenvolvimento de métodos de estudo, de trabalho escolar e medidas de recuperação da aprendizagem;
- Supervisionar a aplicação de medidas corretivas e disciplinares sancionatórias, sempre que essa missão lhe seja atribuída;
- Aconselhar e propor percursos alternativos aos alunos em risco, em articulação com outras equipas ou serviços com atribuições nessa área;
- Propor o estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições, públicas ou privadas, da comunidade local, designadamente com o tecido socioeconómico e empresarial, de apoio social na comunidade, com a rede social municipal de modo a participarem na proposta ou execução das diferentes medidas de integração escolar, social ou profissional dos jovens em risco;
- Estabelecer ligação com as comissões de proteção de crianças e jovens em risco;
- Promover sessões de capacitação parental;
- Promover a formação em gestão comportamental; e,
- Assegurar a mediação social, procurando, supletivamente, outros agentes para mediação na comunidade educativa e no meio envolvente, nomeadamente pais e encarregados de educação.

CLAÚSULA QUARTA

(Local de intervenção)

As Equipas Multidisciplinares dos projetos irão intervir nos contextos educativos dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupada do concelho de Braga, nomeadamente em espaços disponibilizados e indicados pelos respetivos Diretores de Escolas, na sede dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupada ou sempre que se justifique em outros espaços da rede escolar concelhia e/ou da comunidade.

CLAÚSULA QUINTA

(Composição da Equipa Multidisciplinar do Projeto)

1. As Equipas Multidisciplinares dos Projetos "Saber Crescer" e "ETA", são constituídas por técnicos contratados pelos projetos, de acordo com as necessidades diagnosticadas nas sessões de trabalho e nos documentos estratégicos dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Braga, detentores de formação especializada e/ou de experiência para o exercício das funções, a saber:

- 1 Coordenador (Licenciatura e Especialização em Gestão Pública);
- 1 Mediador (Licenciatura e Especialização na área Educacional)
- 3 Técnicos Superiores de Psicologia (Licenciatura em Psicologia);
- 3 Técnicos Superiores de Ciências da Educação (Licenciatura em Ciências da Educação);
- 3 Terapeutas da Fala (Licenciatura em Terapia da Fala);
- 3 Animadores Socioculturais (Curso Técnico-Profissional de Animação Sociocultural).

2. As Equipas Multidisciplinares dos Projetos "Saber Crescer" e "ETA", deverão em regime de trabalho colaborativo e articulação da intervenção, incluir no desenvolvimento da sua intervenção os docentes representantes de cada Agrupamento de Escolas e Escola Não Agrupada, designados pelos Diretores para o efeito, os técnicos dos Serviços de Orientação e Psicologia e dos Agrupamentos TEIP.

CLAÚSULA SEXTA

(Modelo de Gestão/Governança)

1. A coordenação estratégica dos projetos fica a cargo dos representantes do Município de Braga, enquanto entidade coordenadora do projeto, que deverá articular e acionar os mecanismos de cooperação com os representantes e técnicos (SPO/TEIP) dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada.

2. A dependência hierárquica e funcional das equipas multidisciplinares dos projetos será da responsabilidade da entidade parceira Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga, que assumirá a função de coordenação e supervisão operacional dos níveis de execução, monitorização e avaliação das ações do projeto.

3. O modelo de gestão que será utilizado em ambos os Projetos assenta nos seguintes níveis:

Nível de Gestão	Interlocutores envolvidos	Funções
Coordenação Estratégica	Representante do Município de Braga	Liderança e coordenação estratégica do Projeto
Coordenação Operacional	Técnico Coordenador da Cruz Vermelha Portuguesa Representantes e Técnicos (SPO/TEIP) dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada	Gestão e acompanhamento dos níveis de execução, monitorização e avaliação do projeto
Núcleo Operativo de Intervenção	Técnico Coordenador da Cruz Vermelha Portuguesa Equipas Multidisciplinares dos Projetos Representantes e Técnicos (SPO/TEIP) dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupada	Planeamento e execução das atividades do projeto

CLAÚSULA SÉTIMA

(Modelo de funcionamento – regras)

1. O modo de funcionamento da parceria decorrerá com a coordenação estratégica dos projetos pelo Município de Braga e operacional pela Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga, e com a participação e cooperação ativa dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Braga no ato de execução, monitorização e avaliação das atividades previstas nos projetos “Saber Crescer” e “ETAE”.

2. O modelo de funcionamento das Equipas Multidisciplinares reger-se-á pelas seguintes regras:

2.1. Regras organizacionais:

- A Equipa Multidisciplinar reunirá, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Coordenador, por sua iniciativa ou a requerimento das entidades envolvidas;
- A Equipa Multidisciplinar reunirá num espaço disponibilizado para o efeito, na escola sede do Agrupamento ou noutro local a designar por iniciativa das entidades parceiras envolvidas;
- Cada reunião terá a duração máxima de três horas. Todavia, perante a eventualidade de não terem sido tratados todos os assuntos, serão retomados na reunião da semana seguinte;
- A atividade da Equipa Multidisciplinar do projeto desenvolve-se com autonomia organizativa, funcional e técnica, integrada numa lógica de rede com outras unidades do Agrupamento;
- No prosseguimento dos objetivos definidos para a intervenção, a Equipa atuará ao nível interno com os alunos e outros agentes educativos, e ao nível externo com outros agentes institucionais, recorrendo a um sistema de cooperação e articulação que se constitua facilitador da obtenção de respostas adaptadas às situações, visando a capacitação dos alunos e a capacitação parental.

2.2. Regras ao nível do processo de sinalização:

- O processo de sinalização é desencadeado pelo Conselho de Turma, através do Professor Titular/Diretor de Turma, que sinaliza o aluno/família ao SPO (Serviço de Psicologia e Orientação) e/ou serviço competente de apoio ao aluno (Equipa TEIP; Gabinetes de Apoio ao Aluno; ou outros). Posteriormente os técnicos destes serviços articulam e referenciam as situações em causa para os técnicos da Equipa Multidisciplinar do projeto.
- De acordo com as causas e fatores geradores de insucesso identificados nas situações sinalizadas os técnicos destes serviços (TEIP/SPO) articulam, referenciam e encaminham, numa lógica de complementaridade e reforço da capacidade de ação, os alunos para uma intervenção de retaguarda junto da Equipa Multidisciplinar do projeto.
- A sinalização dos alunos para intervenção pela equipa multidisciplinar dos projetos rege-se pelos seguintes critérios: existência de 1 ou mais retenções; alunos com nível negativo a uma ou mais disciplinas; e, alunos que apresentem sinais qualitativos de algum tipo de vulnerabilidade ao nível do enquadramento escolar, ou que apresentem qualquer fator de risco.

2.3. Regras ao nível do processo de intervenção:

- A Equipa Multidisciplinar dos projetos realiza, com a participação dos representantes e técnicos (SPO/TEIP) dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, sessões de trabalho para avaliação, discussão de casos/situações e definição de estratégias de ação;
- Aplicação dos instrumentos de diagnóstico e intervenção uniformizados com os representantes e técnicos (SPO/TEIP) dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada (ficha de sinalização e encaminhamento; avaliação diagnóstica; plano de intervenção; e, plano de avaliação);
- Elaboração, em cooperação com os representantes e técnicos (SPO/TEIP) dos Agrupamentos de Escolas Não Agrupadas, da avaliação diagnóstica e plano de intervenção das situações sinalizadas, que devem ser validadas e articuladas com o professor titular e/ou Diretor de Turma;

- Elaboração, em cooperação com os representantes e técnicos (SPO/TEIP) dos Agrupamentos de e Escolas Não Agrupadas, do Programa Anual de Atividades direcionadas para a gestão e mediação de conflitos com recursos técnicos para minimizar os comportamentos desadequados em contexto escolar, que devem ser validadas e articuladas com o professor titular e/ou Diretor de Turma;
- Desenvolver, em cooperação com os representantes e técnicos (SPO/TEIP) dos Agrupamentos de e Escolas Não Agrupadas, sessões formativas, de esclarecimento, apoio e aconselhamento parental junto das famílias, bem como a contratualização de planos de intervenção;
- Colaborar na avaliação e definição de estratégias dos alunos referenciados para a educação especial e na dinamização das sessões em grupo e individuais de orientação escolar e profissional, que devem ser validadas e articuladas com o professor titular e/ou Diretor de Turma.

2.4. Regras ao nível do processo de monitorização e avaliação:

- Elaborar, em cooperação com os representantes e técnicos (SPO/TEIP) dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, dos instrumentos e relatórios de monitorização e avaliação das componentes de ação dos projetos;
- O planeamento de atividades da equipa multidisciplinar do projeto será alvo de avaliação em relatórios de acompanhamento (monitorização) trimestrais a partilhar nas reuniões de coordenação com os representantes e técnicos do Município de Braga, entidade parceira, Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, incluindo os serviços de SPO e Equipa TEIP.

CLAÚSULA OITAVA

(Competências da Equipa Multidisciplinar)

Os elementos técnicos que constituem as Equipas Multidisciplinares dos Projetos "Saber Crescer" e "ETA", assumem como principais competências:

- Realizar a avaliação diagnóstica dos fatores de risco nos alunos sinalizados em situação de insucesso escolar e/ou risco grave de abandono;
- Implementar os instrumentos de trabalho, nomeadamente instrumentos de avaliação diagnóstica, planeamento e de recolha de informação, e grelha de indicadores de fatores de risco e condicionantes ao processo de aprendizagem de intervenção com os alunos e famílias.
- Desenvolver uma intervenção psicossocial e psicoeducativa individual ou em grupo de ligação e retaguarda com o contexto sociofamiliar;
- Realizar dinâmicas de grupo com os alunos de acordo com as necessidades, causas e fatores geradores de insucesso escolar identificados no diagnóstico realizado e que permitam o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, comportamentais e curriculares (métodos de estudo; medidas de recuperação de aprendizagem), em articulação com o professor titular e/ou Diretor de Turma;
- Desenvolver ações de educação não formal, envolvendo os pais, alunos e professores, que permitam desenvolver competências socioafetivas e comportamentais promotoras de uma melhor integração, evitando a repetição de situações de conflito, *bullying*, incumprimento e, consequentemente, contribuam para a redução do insucesso escolar;
- Apoio, acompanhamento e aconselhamento parental às famílias;
- Desenvolver o processo de monitorização e avaliação do impacto das atividades desenvolvidas nos percursos educativos dos alunos (melhoria dos resultados escolares e níveis de disciplina/indisciplina);
- Elaborar os relatórios de acompanhamento, monitorização e avaliação das atividades desenvolvidas para apresentar nas reuniões de coordenação do projeto.

- Aplicar e analisar os instrumentos de planeamento, monitorização e avaliação de impacto da intervenção do projeto com os alunos em articulação com o professor titular e/ou Diretor de Turma;
- Reforçar os recursos disponíveis e intensificar a articulação com os serviços institucionais locais, nomeadamente com os de Saúde, Ação Social, CPCJ, entre outros.

CLAÚSULA NONA

(Competências dos Representantes dos Agrupamentos de Escola e Escola Não Agrupada)

1. Os Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Braga, enquanto entidade parceira não beneficiária dos projetos, comprometem-se a designar um representante que fique responsável pelo acompanhamento da implementação do projeto em articulação com a entidade coordenadora.
2. Compete aos representantes dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupada no projeto:
 - Colaborar e participar ativamente nas sessões de trabalho periódicas de acompanhamento, monitorização e avaliação dos projetos;
 - Elaborar com as Equipas Multidisciplinares, em cada ano letivo, as grelhas de planeamento, monitorização e avaliação das ações dos projetos, bem como o plano de avaliação de impacto;
 - Disponibilizar toda informação referente à monitorização, avaliação dos indicadores educativos e avaliação de impacto dos projetos;
 - Promover a articulação em contexto das medidas de política educativa nacional (SPO, TEIP, etc) com o processo de implementação dos projetos;
 - Participar e colaborar na elaboração de relatórios de acompanhamento, monitorização e avaliação;
 - Colaborar com a entidade coordenadora dos projetos, fornecendo-lhe toda a informação referente à monitorização dos indicadores educativos e avaliação de impacto dos projetos;
 - Integrar anualmente os projetos no Plano de Atividades da escola e submeter à aprovação do Conselho Pedagógico e Geral.

CLAÚSULA DÉCIMA

(Competências do Coordenador Operacional da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga)

1. O coordenador operacional das Equipas Multidisciplinares dos projetos dará todo o suporte institucional no acompanhamento, monitorização e avaliação do nível de implementação das componentes de ação, sempre em articulação contínua e em proximidade com o Município de Braga, Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada e outros serviços institucionais.
2. Compete ao interlocutor técnico da entidade coordenadora dos projetos:
 - Coordenar, monitorizar e avaliar o processo de execução do projeto;
 - Acionar os níveis de planeamento, gestão e organização e articular, territorialmente, as intervenções;
 - Ativar e acompanhar em proximidade os níveis de execução, monitorização e avaliação do projeto;
 - Coordenar e supervisionar a implementação das atividades previstas da equipa multidisciplinar do projeto e dinamizar as sessões de trabalho ou outras atividades inscritas no projeto;
 - Participar e colaborar na elaboração de relatórios de acompanhamento, monitorização e avaliação do projeto;
 - Colaborar na recolha de toda informação referente à monitorização dos indicadores educativos e avaliação de impacto do projeto.
 - Gestão e manutenção da bateria de indicadores educativos específicos, de realização e resultado, de suporte ao acompanhamento do projeto;
 - Dinamizar sessões de trabalho periódicas para partilha de informação e harmonização sempre que possível de instrumentos e práticas de trabalho em rede.

- Convocar as reuniões de coordenação do projeto e delas elaborar um memorando com o resumo do trabalho desenvolvido.
- Disponibilizar toda a informação gerada pelo projeto aos Agrupamentos de Escolas, Escola Não Agrupada, serviços institucionais locais, Comunidade Intermunicipal do Cávado e Autoridade de Gestão do Norte2020.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Resultados a contratualizar)

Os parceiros envolvidos nos projetos comprometem-se a contribuir para o cumprimento das metas e indicadores de realização e resultado contratualizados com a AG do NORTE 2020, conforme descrito no Anexo I.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA

(Vigência)

O presente acordo produz efeitos após a assinatura pelos representantes das partes que o outorgam e vigorará pelo tempo de duração dos Projetos "Saber Crescer" e "ETAÉ", de acordo com os termos aprovados pelo NORTE 2020, pelo prazo de 36 meses, dos documentos relativos aos apoios financeiros concedidos e aos controlos efetuados, no âmbito da Tipologia objeto do presente Acordo.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Alteração e revisão)

O presente acordo poderá ser objeto de alterações ou revisão em qualquer momento, mediante proposta nesse sentido, formulada por qualquer dos seus Outorgantes;

Uma vez aceites e validadas através da assinatura dos representantes legais de cada uma das Outorgantes, as propostas de alteração e revisão são aditadas ao acordo, dele passando a fazer parte integrante.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA

(Disposições finais)

As dúvidas e omissões ao presente acordo serão oportunamente analisadas e resolvidas pelas partes envolvidas, dentro do princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução das finalidades expressas.

O presente documento é assinado por todos os Outorgantes, ficando o original com o primeiro Outorgante e os restantes Outorgantes com uma cópia do mesmo.

Braga, 21 de Dezembro de 2017.

Primeiro outorgante

Presidente da Câmara Municipal de Braga
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Segundo outorgante

Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga
(Armando Maria da Cunha Osório Araújo)

Terceiro outorgante

Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio
(João Manuel Esteves Dias de Andrade)

Quarto outorgante

Agrupamento de Escolas André Soares
(Maria da Graça Martins Pereira de Moura)

Quinto outorgante

Agrupamento de Escolas de Braga Oeste
(Cândida de Jesus da Cunha Ferreira)

Sexto outorgante

Agrupamento de Escolas Carlos Amarante
(Hortense Lopes dos Santos)

Sétimo outorgante

Agrupamento de Escolas de Celjeiros
(Célia Pereira Simões)

Oitavo outorgante

Agrupamento de Escolas D. Maria II
(João Luís Dantas Leite)

Nono outorgante

Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches
(Jorge Armando Oliveira Queirós Amado)

Décimo outorgante

Agrupamento de Escolas de Maximinos
(António Domingos Silva Pereira)

Décimo Primeiro outorgante

Agrupamento de Escolas de Mosteiro e Cávado
(Maria José da Cunha Correia)

Décimo Segundo outorgante

Agrupamento de Escolas de Real
(Zita Margarida Barreira Esteves)

Décimo Terceiro outorgante

Agrupamento de Escolas Sá de Miranda
(Margarida Antonieta da Rocha e Silva)

Décimo Quarto outorgante

Agrupamento de Escolas de Trigal de Santa Maria
(José Lopes Sil)

Décimo Quinto outorgante

Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian
(Ana Maria Fernandes Pereira Caldeira Guimarães Ferreira)

MF
mj

Anexo I – Breve Descrição dos Projetos “Saber Crescer” e “Equipa Técnica de Articulação Educativa”

Designação do Projeto	Saber Crescer
Entidade Coordenadora	Município de Braga
Entidade Parceira	Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Braga
Principais objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver competências comportamentais de concentração, estabilização emocional e atenção adequadas à melhoria dos níveis de aprendizagem e desempenho dos alunos em contexto escolar. - Disponibilizar aos alunos suporte técnico especializado para a resolução de dificuldades individuais de comunicação (literacia fonológica, de leitura e da escrita)
Metas	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir em 25% os níveis de retenção e desistência dos alunos alvo de intervenção até 2020; - Reduzir em 10% o número de alunos alvo de intervenção com níveis negativos; - Envolver 3220 alunos sinalizados em situação ou em risco de insucesso escolar; - Envolver 100% dos Agrupamentos de Escola em sessões de coordenação, monitorização e acompanhamento dos desenvolvimentos das ações do projeto; - Garantir um grau de satisfação de 80% das entidades envolvidas.
Indicadores Quantitativos	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de retenção e desistência por ano de escolaridade do ensino básico reduzida em 25%; - 10% de alunos com níveis negativos por ano de escolaridade do ensino básico; - 3220 Alunos do Pré-escolar e Ensino Básico envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar; - 100% de Agrupamentos/Escola Não Agrupada abrangidos por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo de nível ISCED 2; - 80 % de satisfação das entidades envolvidas.
Ações	<ul style="list-style-type: none"> - Ação 1 Coordenação Curricular (montagem técnico-institucional do projeto); - Ação 2 Intervenção Psicoeducativa em Contexto Escolar; - Ação 3 Competências de Comunicação (literacia/leitura); - Ação 4 Monitorização e avaliação.
Público-Alvo	Alunos do Ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
Horizonte Temporal	36 meses

Designação do Projeto	Equipa Técnica de Articulação Educativa
Entidade Coordenadora	Município de Braga
Entidade Parcela	Crux Vermelha Portuguesa Delegação de Braga
Principais objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver uma intervenção educativa numa perspetiva holística e sistémica no sentido de minorar/eliminar os fatores de risco subjacentes ao insucesso e abandono escolar. - Desenvolver uma intervenção educativa integrada e transversal que promova uma relação positiva com a escola e o reforço da aprendizagem de conhecimentos, competências e capacidades estruturantes para o sucesso educativo.
Metas	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir em 25% os níveis de retenção e desistência dos alunos alvo de intervenção até 2020; - Reduzir em 10% o número de alunos alvo de intervenção com níveis negativos; - Envolver 2040 alunos sinalizados em situação ou em risco de insucesso escolar; - Envolver 100% dos Agrupamentos de Escola em sessões de coordenação, monitorização e acompanhamento dos desenvolvimentos das ações do projeto; - Garantir um grau de satisfação de 80% das entidades envolvidas.
Indicadores Quantitativos	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de retenção e desistência por ano de escolaridade do ensino básico reduzida em 25%; - 10% de alunos com níveis negativos por ano de escolaridade do ensino básico; - 2040 alunos do Ensino Básico envolvidos nas atividades de combate ao insucesso escolar; - 100% de Agrupamentos de Escola abrangidos por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo de nível ISCED 2; - 80% de satisfação das entidades envolvidas.
Ações	<ul style="list-style-type: none"> - Ação 1 Montagem técnico-institucional do projeto; - Ação 2 Intervenção Psicossocial e Psicoeducativa; - Ação 3 Sessões de intervenção educativa não formal; - Ação 4 Coordenação, monitorização e avaliação.
Público-Alvo	Alunos do Ensino Básico
Horizonte Temporal	36 meses

Anexo II – Responsáveis pela articulação com a Equipa Multidisciplinar dos Projetos “Saber Crescer” e “ETAE”

Entidade Parceira	Responsável pela Equipa Multidisciplinar
Município de Braga	António Soares Direito
Cruz Vermelha Portuguesa Delegação Braga	Tânia Gomes
Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio	Nair Urzal Jennifer Teresa Araújo
Agrupamento de Escolas André Soares	Gina Fátima Quintino Fernandes
Agrupamento de Escolas de Braga Oeste	Olívia Manuela Sousa Mendes
Agrupamento de Escolas Carlos Amarante	José Pires Teles Filomena Santos
Agrupamento de Escolas de Celeirós	Lara Santos
Agrupamento de Escolas D. Maria II	Maria Rosário Sá Pinto
Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches	Fátima Cristina Canelas
Agrupamento de Escolas de Maximinos	Neusa Silva
Agrupamento de Escolas de Mosteiro e Cávado	Ana Maria Gomes Mendes
Agrupamento de Escolas de Real	Pedro Alexandre Lopes Coimbra
Agrupamento de Escolas Sá de Miranda	Fernando António Santos Silva
Agrupamento de Escolas de Trigal de Santa Maria	Rosa Maria Cunha Araújo
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian	Ana Mafalda Conde Rocha

Anexo III – Mapa Semanal das Equipas Multidisciplinares dos Projetos “Saber Crescer” e “ETAE”

GRUPO	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	DIA	EQUIPA		
1	Agrupamento de Escolas André Soares	2.ª	1 Terapeuta da Fala	1 Mediador	1 Coordenador
	Agrupamento de Escolas D. Maria II	3.ª	1 Animador Sociocultural		
	Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado	4.ª	1 Psicólogo		
	Agrupamento de Escolas de Real	5.ª	1 Educólogo		
	Conservatório de Música Calouste Gulbenkian*	6.ª (m)			
2	Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio	5.ª	1 Terapeuta da Fala	1 Mediador	1 Coordenador
	Agrupamento de Escolas Carlos Amarante	2.ª	1 Animador Sociocultural		
	Agrupamento de Escolas Francisco Sanches	3.ª	1 Psicólogo		
	Agrupamento de Escolas Sá de Miranda	4.ª	1 Educólogo		
3	Agrupamento de Escolas Braga Oeste	4.ª	1 Terapeuta da Fala	1 Mediador	1 Coordenador
	Agrupamento de Escolas Celeirós	5.ª	1 Animador Sociocultural		
	Agrupamento de Escolas Maximinos	3.ª	1 Psicólogo		
	Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria	2.ª	1 Educólogo		

*Intervenção no âmbito do Projeto “Saber Crescer”.

Anexo IV - Documento Justificativo de Aquisição de Equipamentos à luz da alínea i) do n.º 2 do art.º 33 da Portaria 60-C/2015

O Município de Braga, com morada na Praça Municipal, 4700-435 Braga e o número de contribuinte 506901173, na qualidade de entidade beneficiária coordenadora das candidaturas aos Projetos "Saber Crescer" e "Equipa Técnica de Articulação Educativa", submetidas a concurso no âmbito da tipologia de operação "Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar", do Programa Operacional Regional do Norte 2020, representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Braga, declara, de modo expresso e inequívoco, que os equipamentos a adquirir no âmbito das referidas candidaturas e descritos na tabela abaixo, estarão sob a manutenção e vigilância do Centro de Recursos Educativos e da Divisão de Inovação, Sistemas de Informação e Qualidade do Município de Braga, de forma a garantir as boas condições de funcionamento dos mesmos, para os fins para que serão financiados.

1. Justificação do carácter inovador dos equipamentos face à realidade prévia ao projeto:

Para implementar práticas e projetos pedagógicos diferenciados e inovadores no contexto dos dois projetos apresentados, revela-se condição essencial para a efetiva execução do mesmo, a aquisição de equipamentos e ferramentas informáticas. A integração das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) constitui um importante desafio às escolas, aos professores, aos alunos e às famílias, no que diz respeito à expectativa, legítima, de alcançar mais e melhores aprendizagens e combater o insucesso escolar. Nesse sentido, e considerando o número de alunos alvo da intervenção, bem como o facto de se procurar promover, não só o sucesso educativo, numa era de literacia digital, como, ainda, prover equidade de oportunidades de todos os alunos, independentemente da sua proveniência na dispersão educativa territorial, consideramos que os equipamentos TIC, no âmbito de ambos os projetos, serão ferramentas imprescindíveis e bastante úteis, nomeadamente:

- Ao nível do desenvolvimento de competências comportamentais de concentração, estabilização emocional e atenção adequadas à melhoria dos níveis de aprendizagem e desempenho dos alunos em contexto escolar;
- No contexto da disponibilização aos alunos de suporte técnico especializado para a resolução de dificuldades individuais de comunicação;
- Ao nível de uma Intervenção Psicoeducativa e Psicossocial.

Assim, estamos em condições de afirmar que:

- Muitas dinâmicas de intervenção direta e de avaliação serão desenvolvidas com recurso a programas científicos especializados, que utilizam plataformas *web* e/ou *software* específico para o efeito;
- A monitorização dos resultados, a elaboração de relatórios e a produção de avaliações terá uma base de registo informatizado;
- O plano de comunicação previsto será tanto mais eficaz, quanto maior for o recurso às novas tecnologias, considerando o poder das redes de comunicação, das *newsletters* digitais, entre outras.

2. Enquadramento em objetivos pedagógicos e educacionais:

Ao nível da Animação Sociocultural:

- Articulação entre a tecnologia e as atividades lúdicas mais tradicionais;
- Educação para a cidadania através de plataformas multimédia (Plataforma +Cidadania, por exemplo).

Ao nível da Terapia da Fala:

- Maior envolvimento e motivação dos alunos;
- Maior facilidade na adequação do treino da leitura e da escrita;
- Implementação de atividades com estímulos auditivos, passíveis de uniformizar através de ficheiros áudio;
- Possibilidade de transposição de atividades para o contexto familiar (exercícios e ficheiros).

Ao nível da intervenção Psicoeducativa e Psicossocial:

- Utilização de materiais didáticos apelativos, quer individualmente, quer em grupo, facilitando a motivação para o envolvimento do(s) aluno(s);
- Maior facilidade na organização dos processos individuais dos alunos, das atividades implementadas e da documentação associada a cada processo;
- Promoção e desenvolvimento de competências sociais e comunicacionais;
- Acesso a conteúdos educativos;
- Elaboração de ferramentas e materiais pedagógicos de aprendizagem.

3. Metodologias pedagógicas em que os equipamentos serão utilizados:**Ao nível da Animação Sociocultural:**

- Auxiliar nas atividades lúdico-pedagógicas, nomeadamente em jogos de coordenação motora, atividades musicais e jogos simbólicos.

Ao nível da Terapia da Fala:

- Estimulação diferentes áreas da linguagem;
- Desenvolvimento da expressão e compreensão linguística;
- Treino de memorização, retenção e discriminação auditiva;
- Estimulação da criatividade;
- Desenvolvimento do raciocínio lógico;
- Incentivar à leitura e à escrita, através de plataformas *online*.

Ao nível da intervenção Psicoeducativa e Psicossocial:

- Criação de um repositório de materiais em formato digital, potenciador das competências de atenção, memória e concentração;
- Incentivo à participação ativa dos alunos nas atividades, com envolvimento direto na monitorização do próprio progresso;
- Exploração de plataformas digitais e utilização de recursos tecnológicos (câmara fotográfica, microfone, aplicações de áudio, vídeo e fotografia, *Photoshop*, entre outros);
- Construção de diversos materiais (vídeos, *podcasts*, rádio e jornal escolar, *Prezi*, *Vlogue*, *ebooks*, *chat* para apresentação de dúvidas, *newsletters*, entre outros).

4. Disciplinas e conteúdos curriculares para que os equipamentos serão utilizados:

Português, Matemática e Ciências, cujas dinâmicas de intervenção educativa não formal de promoção do sucesso educativo utilizam, impreterivelmente, o recurso a tecnologias de informação e comunicação.

5. Grupos de alunos visados:

- Alunos com dificuldades individuais de comunicação (literacia fonológica, de leitura e de escrita);
- Alunos do Ensino Básico em situação de insucesso escolar e/ou risco grave de abandono escolar.

Equipamentos	Quantidade (Nº)	Valor Unitário	Valor Total	Atividades do projeto em que se enquadra
Tablets	390	€ 148,85	€ 58.051,50	Ações 2 e 3
Computadores	14	€ 763	€ 10.682	Ações 2 e 3

Descrição do modelo de gestão a adotar na fase de exploração/funcionamento dos equipamentos:

Equipamento	Propriedade	Localização	Utilizadores com competências e experiência para a sua adequada utilização	Manutenção e Reparação do Equipamento
Tablets (30)	Município de Braga	AE Alberto Sampaio	Equipa Multidisciplinar (Animadores Socioculturais, Terapeutas da Fala, Psicólogos e Educólogos), Docentes titulares de turma, Representantes dos Estabelecimentos de Ensino referidos no anexo II e alunos alvo das intervenções a realizar, mencionados no anexo I	Município de Braga (Divisão de Inovação, Sistemas de Informação e Qualidade)
Tablets (30)		AE André Soares		
Tablets (30)		AE Braga Oeste		
Tablets (30)		AE Carlos Amarante		
Tablets (30)		AE Celeirós		
Tablets (30)		AE D. Maria II		
Tablets (30)		AE Dr. Francisco Sanches		
Tablets (30)		AE Maximinos		
Tablets (30)		AE Mosteiro e Cávado		
Tablets (30)		AE Real		
Tablets (30)		AE Sá de Miranda		
Tablets (30)		AE Trigal de Santa Maria		
Tablets (30)		Conservatório de Música		
Computadores portáteis (14)		Considerando tratar-se de computadores portáteis, serão equipamentos de trabalho dos técnicos da Equipa Multidisciplinar. Assim, irão para todos os estabelecimentos de ensino onde se realizarão as intervenções propostas (referenciados no anexo III)	Equipa Multidisciplinar Animadores Socioculturais, Terapeutas da Fala, Psicólogos e Educólogos, Mediador e Coordenador)	

Handwritten signature

**ACORDO DE PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS “SABER CRESCER” E
“EQUIPA TÉCNICA DE ARTICULAÇÃO EDUCATIVA”, INSERIDOS NO PLANO INTEGRADO E
INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR**

Considerando que:

- O Município de Braga candidatou ao Aviso NORTE-66-2016-29, enquanto entidade promotora e coordenadora, os Projetos “Saber Crescer” e “Equipa Técnica de Articulação Educativa”, também designado por “ETAE”, inseridos no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) do Cávado, aprovado pelo Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (NORTE 2020), através da Tipologia de Intervenção Planos Integrado e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal;
- Os projetos “Saber Crescer” e “Equipa Técnica de Articulação Educativa” visam reforçar a intervenção socioeducativa com técnicos de diferentes áreas de especialização (Terapia da Fala, Animação Sociocultural, Mediação, Psicologia e Educação/Intervenção Comunitária) de modo a que as suas ações no terreno sejam complementares à ação educativa das escolas e comunidade e, efetivamente, promotoras de sucesso educativo.
- Os Projetos “Saber Crescer” e “ETAE” foram desenvolvidos e construídos em cooperação estreita e com o envolvimento ativo dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do concelho de Braga, os quais, apesar dos focos de intervenção diferenciados, mas simultaneamente complementares, assumem como principal foco de intervenção a promoção do sucesso escolar.

é celebrado o presente acordo entre:

O **Município de Braga**, com sede na **Praça Municipal, 4700-435**, pessoa coletiva n.º **506901173**, adiante designada como **1.º Outorgante**, legalmente representada por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de **Presidente da Câmara Municipal**;

e

A **Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga**, com sede na **Avenida 31 de Janeiro 317, 4715-017 Braga**, pessoa coletiva n.º **500745749**, adiante designada como **2.º Outorgante**, legalmente representada por **Armando Maria da Cunha Osório Araújo**, na qualidade de seu **Presidente**.

O presente acordo entre parceiros, doravante designado de acordo, rege-se pelas seguintes cláusulas:

CLAÚSULA PRIMEIRA

(Objeto)

O objeto do acordo é a formalização da cooperação no âmbito dos Projetos “Saber Crescer” e “ETAE”, que integram a constituição de Equipas Multidisciplinares de apoio às escolas e de promoção dos fatores determinantes para a promoção o sucesso escolar.

Este acordo vincula a continuidade da estreita cooperação desenvolvida entre o Município de Braga e a Delegação de Braga Cruz Vermelha Portuguesa no ato de elaboração dos projetos, nomeadamente na fase de execução, monitorização e avaliação.



CLAÚSULA SEGUNDA

(Fundamento da parceria)

1. Os parceiros reconhecem que contribuem para a execução dos Projetos nos termos descritos no quadro seguinte:

PARCEIROS	BREVE DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE CADA PARCEIRO	PRINCIPAIS CONTRIBUTOS PARA O PLANO
1.º outorgante	<ul style="list-style-type: none">- Formalização e submissão da candidatura da operação integrada no Plano em colaboração com a comunidade educativa.- Coordenação, monitorização e avaliação do processo de implementação das operações (projetos municipais) integradas no Plano.- Elaboração de relatórios de acompanhamento, monitorização e avaliação das operações (projetos municipais) que integram o Plano.	<ul style="list-style-type: none">- Coordenar e articular as intervenções do Plano com as equipas de projeto, comunidades educativas e as parcerias locais de enquadramento dos projetos municipais;- Fornecer informação referente à monitorização dos indicadores educativos específicos e avaliação de impacto dos respetivos projetos;- Articular as medidas de política educativa nacional com o processo de implementação dos projetos municipais enquadrados no Plano;- Colaboração e participação ativa nas sessões de trabalho e outras atividades inscritas no Plano de âmbito municipal com a CIM do Cávado.
2.º outorgante	<ul style="list-style-type: none">- Contratação dos recursos humanos, previstos para o desenvolvimento deste projeto.- Apoio técnico à coordenação, monitorização e avaliação do processo de implementação das ações dos projetos.	<ul style="list-style-type: none">- Coordenar e articular as intervenções dos Projetos com a equipa coordenadora do projeto, comunidades educativas e as parcerias locais de enquadramento do projeto municipal.- Fornecer informação referente à monitorização dos indicadores educativos específicos e avaliação de impacto dos respetivo projeto;- Articulação permanente com o Município (entidade coordenadora) no que concerne à gestão destes recursos, tendo em vista o sucesso das medidas a implementar.

CLAÚSULA TERCEIRA

(Obrigações do Município de Braga)

A entidade coordenadora do projeto, o Município de Braga, assume as seguintes responsabilidades:

- Assegurar a articulação com a Autoridade de Gestão, com a entidade co-promotora e com as várias entidades parceiras;
- Coordenar, monitorizar e avaliar o processo de execução dos projetos municipais;
- Assegurar a transferência dos montantes atribuídos pela Autoridade de Gestão no âmbito da parceria e proceder às reposições por inteiro a que haja lugar, sem prejuízo da responsabilidade solidária a que todas as entidades parceiras estão obrigadas;
- Organizar o processo técnico e contabilístico da operação;
- Assegurar a permanente atualização dos dados no Sistema de Informação (SI) de forma a permitir ao NORTE 2020 conhecer, de forma permanente e acessível, todos os elementos pertinentes rececionados, apreciados e aprovados referentes à execução física e financeira das ações apoiadas;
- Assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- Assegurar a divulgação e o cumprimento, das recomendações que lhe sejam comunicadas em resultado de eventuais inspeções ou auditorias efetuadas no âmbito do sistema de auditoria e controlo da PT 2020;
- Proceder à transferência de € 30.000 referentes à gestão técnica da responsabilidade do 2.º outorgante relativamente aos dois projetos supramencionados durante a sua implementação prevista para 36 meses. O montante em causa deverá ser transferido à razão de € 10.000 por ano, com início em 2018 e termo em 2020.

CLAÚSULA QUARTA

(Obrigações da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga)

No âmbito do presente acordo, o 2º outorgante, assume as seguintes responsabilidades:

- Implementar ativamente e supervisionar as intervenções previstas da equipa técnica do projeto e dinamizar as sessões de trabalho ou outras atividades inscritas no projeto;
- Participar e colaborar ativamente na elaboração de relatórios de acompanhamento, monitorização e avaliação dos projetos municipais e intermunicipais integrados no Plano;
- Declarar a veracidade dos dados descritos no Protocolo;
- Garantir que cumprem e que vão cumprir as obrigações previstas nas disposições legais ou regulamentares definidas para a implementação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e do NORTE 2020, designadamente nos artigos 13º e 24º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, bem como no termo de responsabilidade e assinar pelo representante da entidade coordenadora;
- Declarar ter capacidade operacional e financeira para levar a cabo o programa de trabalhos previsto;
- Colaborar com a entidade coordenadora do projeto para garantir as obrigações subjacentes ao contrato de financiamento, fornecendo-lhe toda a informação e documentação necessária para a sua execução;

CLAÚSULA QUINTA

(Resultados a contratualizar)

Os promotores do projeto comprometem-se a contribuir para o cumprimento das metas e indicadores de realização e resultado da operação que forem contratualizados com a Autoridade de Gestão do NORTE 2020.

CLAÚSULA SEXTA

(Vigência)

O presente acordo produz efeitos após a assinatura pelos representantes das partes que o outorgam e vigorará pelo tempo de duração dos Projetos supramencionados.

CLAÚSULA SÉTIMA

(Disposições finais)

As omissões ao presente Acordo serão oportunamente analisadas e resolvidas pelas partes envolvidas.

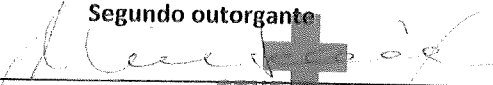
O presente documento é elaborado em número igual ao dos Outorgantes que o subscrevem.

Primeiro outorgante



*Presidente da Câmara Municipal de Braga
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

Segundo outorgante



*Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga
(Armando Maria da Cunha Osório Araújo)*
**CRUZ
VERMELHA
PORTUGUESA**
Delegação de Braga

Braga, 23 de Março de 2018.